

Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro
Programa de Pós-graduação de Ciências Sociais em Desenvolvimento, Agricultura e
Sociedade (CPDA)



**Relatório com as principais notícias divulgadas pela mídia relacionadas com a
agricultura**

Área Temática: Desenvolvimento Territorial e Sustentabilidade

Período de Análise: outubro de 2009.

Mídias analisadas:

Jornal Valor Econômico
Jornal Folha de São Paulo
Jornal O Globo
Jornal Estado de São Paulo
Sítio eletrônico do MDS
Sítio eletrônico do MDA
Sítio Eletrônico do MMA
Sítio eletrônico do INCRA
Sítio eletrônico da CONAB
Sítio eletrônico do MAPA
Sítio eletrônico da Agência Carta Maior
Sítio Eletrônico da Fetraf
Sítio Eletrônico da MST
Sítio Eletrônico da Contag
Sítio Eletrônico da Abag
Sítio Eletrônico da CNA
Sítio Eletrônico da CPT
Revista Globo Rural
Revista Isto é Dinheiro Rural

Índice

Sobre o neo-ambientalismo liberal – Carta Maior – 01/10/2009.....	4
O Brasil e a reunião de Copenhague – Luiz Pinguelli Rosa – O Globo – Opinião – 01/10/2009.....	6
Ambientalistas, ruralistas e o pacto 'bom para todos' - Mauro Zanatta – Valor Econômico – agronegócios - 02/10/2009.....	7
Mais pobres exigem que ricos cumpram Kyoto - Afra Balazina – Estado de São Paulo – Vida & - 06/10/2009.....	7
Novíssimo retrato da agricultura familiar - Antônio Márcio Buainain, Alberto Di Sabbato e Carlos E. Guanziroli - O Estado de São Paulo – Economia e Negócios – 06/10/2009.....	8
Frigoríficos firmam pacto ambiental - Tatiana Freitas – Estado de São Paulo – Economia e Negócios - 06/10/2009.....	10
Pesquisa destaca política ambiental do governo – Sítio Eletrônico do MMA - 06/10/2009.....	11
Lula descarta desmatamento zero e negocia presença na COP - Andrei Netto e Alexandre Calais – Estado de São Paulo – Vida & - 07/10/2009.....	11
Crise global reduz emissão deCO2 - Jamil Chade – O Estado de São Paulo – Vida & - 07/10/2009.....	12
Lula: desmatamento zero é impossível – Eliane Oliveira – O Globo – O País – 07/10/2009.....	14
Ruralistas acirram briga pelo novo Código Florestal – Mauro Zanatta – Valor Econômico – Agronegócios – 07/10/2009.....	15
Noruega reduzirá emissões em 40% - Afra Balazina - Estado de São Paulo – Vida & - 09/10/2009.....	16
EUA defendem apoio para Combate ao desmatamento – Afra Balazina – Estado de São Paulo – Vida & - 09/10/2009.....	17
Clima e emissões, oportunidades para Novozymes – Marli Lima – Valor Econômico – Agronegócios – 09/10/2009.....	18
País teria R\$ 10 bi com ação antidesmatamento – Martha Beck e Catarina Alencastro – O Globo – 11/10/2009.....	19
País tem meta climática – Roberta Jansen e Catarina Alencastro - O Globo – Ciência – 13/10/2009.....	20
Desenvolvimento e clima – Antônio Delfim Netto – Valor Econômico – Brasil – 13/10/2009.....	22
Cresce a pressão 'verde' sobre as empresas brasileiras – Valor Econômico – Agronegócios – 13/10/2009.....	24
Governo não se entende sobre Copenhague – O Globo – Capa – 14/10/2009.....	25
Sem consenso climático - Catarina Alencastro e Evandro Éboli – O Globo – Ciência – 14/10/2009.....	25
Al Gore elogia posição brasileira - Soraya Aggege – O Globo – Ciência – 14/10/2009.....	26
Governo discute proposta do Brasil na COP-15 - Maiesse Gramacho – Sítio Eletrônico do MMA - 14/10/2009.....	27
Ruralistas voltam a disputar mudanças no Código Florestal – Sítio eletrônico do MST – 15/10/2009.....	28

Desmatamento é consequência. Pecuária bovina é causa – Sítio Eletrônico do MST – 19/10/2009	31
Código Florestal será bandeira de ruralistas - Cristiane Agostine – Valor Econômico – Política - 19/10/2009	37
Comissão interministerial de combate aos crimes ambientais discute desmatamento - Cristina Ávila - Sítio Eletrônico do MMA - 20/10/2009	38
Ambientalistas repudiam truculência de Kátia Abreu – Sítio Eletrônico do MST – 20/10/2009	39
Rumo a um fracasso climático – John Broder – O Globo – Ciência – 21/10/2009.....	41
Acordo pode viabilizar votação de Código Florestal - Mauro Zanatta – Valor Econômico – Política - 21/10/2009	42
Países ricos elevam as emissões de CO2 pelo sétimo ano seguido – Valor Econômico – Internacional - 22/10/2009.....	43
Emissões do setor agropecuário aumentam em 30% - Sítio Eletrônico do MMA - 27/10/2009.....	44
Câmara dos Deputados aprova Política Nacional sobre Mudanças do Clima - Sítio Eletrônico do MMA - 27/10/2009	45
Estudo mostra contribuição das empresas com desmatamento – Sítio Eletrônico do MST – 29/10/2009.....	46
O lado verde da China – Carlos Albuquerque – O Globo – Ciência – 30/10/2009.....	47
Sociobiodiversidade: parcerias X desenvolvimento sustentável – Sítio Eletrônico do MDA - 30/10/2009	48

Sobre o neo-ambientalismo liberal – Carta Maior – 01/10/2009

As restrições de Fernando Gabeira ao marco regulatório do pré-sal exalam o passado de um neoliberalismo desautorizado pela crise de 2008. Pelo que se intui das intervenções do deputado, em recente debate, a segurança ambiental na exploração das novas jazidas seria mais consistente se entregue às mãos (invisíveis) da livre concorrência, e não às da Petrobras. Associar o equilíbrio da sociedade e do planeta aos livres mercados é pura reciclagem do ideário neoclássico ao discurso ardiloso de um neo-ambientalismo liberal ontologicamente fraudulento. O artigo é de Saul Leblon.

Saul Leblon

1. Há verdes que envelhecem antes de dar frutos. Depressa baldeiam do conservacionismo para o conservadorismo.

2. O fato de terem sido ultrapassados eleitoralmente pelo recém criado partido da Esquerda alemã – naquele que foi o palco privilegiado de flerte ambientalista com o figurino da 'renovação política' - evidencia uma expressiva tendência à decrepitude precoce.

3. As colocações do deputado Fernando Gabeira (PV-RJ) no debate "O Futuro do Pré-Sal II", promovido recentemente pelo jornal *Estado de São Paulo*, com a participação do presidente da Petrobras, José Sergio Gabrielli, reforçam essa percepção de uma falsa promessa de futuro.

4. As restrições de Gabeira ao marco regulatório do pré-sal exalam o passado de um neoliberalismo desautorizado pela crise de 2008. Desautorizado até mesmo, justiça seja feita, por ambientalistas consequentes que reivindicam planejamento e limites à predação do planeta pelo capital, algo naturalmente improvável sob o regime do valedo dos mercados livres.

5. Mas não para Gabeira. Pelo que se intui das intervenções do deputado nomeado por Serra como seu pé de palanque no Rio, a segurança ambiental na exploração das novas jazidas seria mais consistente se entregue às mãos (invisíveis) da livre concorrência, e não as da Petrobras, indicada como operadora única no novo marco regulatório.

6. Na fabulação desse ambientalismo raso, tudo se passa como se a inexistência do Estado, ou um Estado reduzido ao mínimo, assegurasse aos cidadãos do século XXI - o século de agigantamento da racionalidade mercantil - um modo de vida mais sustentável, ou pelo menos mais seguro.

7. "Se nós temos uma única operadora, e se a operadora tem essa influência enorme no Brasil, como vamos ter ambiente para avançar na legislação ambiental?", questionou Gabeira no debate.

8. A vida fica desconcertante quando apartada da história. O velho deputado perdeu a dimensão impositiva das forças descomunais que regem uma sociedade ordenada pelos meios privados de produção. A privatização do tecido urbano pela especulação

imobiliária, por exemplo. Trata-se, é até singelo dizê-lo, de um embrutecedor das condições de vida e de transporte nas asfixiantes concentrações humanas produzidas pela metástase dos livres mercados. A desigualdade aí, fique claro, não é fruto do escapamento desregulado da frota de veículos.

9. A arquitetura da destruição, o ar irrespirável, os rios de esgoto tampouco representam pontos fora da curva produzidos pelos mercados. São, antes, obras-primas da desregulação e da livre concorrência incensada agora por Gabeira.

10. Passada a borracha na história tudo fica verde. Ou sombrio. Em resumo, fica fácil. Assim, a Petrobras, o diesel por ela produzido, torna-se 'o' elemento responsável pela poluição nas grandes cidades brasileiras. Não o esfarelamento do Plano Diretor de SP intentado pela administração Kassab, aliada do serrismo ao qual Gabeira aderiu e para o qual tenta arrastar Marina Silva.

11. A mesma administração Kassab que impermeabiliza marginais e várzeas do Tietê, cortou a merenda nas creches municipais - faz mal comer muito, sapecou o prefeito antes de recuar -; cortou também a varrição de rua na ante-sala do verão....Ah, sim, mas o kassabismo criou a 'Segunda-feira sem carne' e o prefeito demo-ambiental foi de ônibus trabalhar no Dia Mundial sem Carro. Alvissaras. Basta isso para saciar o neo-ambientalismo liberal. Ou pelo menos seus expoentes acham que basta isso para iludir docemente a classe média espremida entre as hostilidades crescentes do capitalismo tardio e seus sonhos de vida saudável-estável-confortável-reciclável e outros vels... Basta oferecer-lhe um mote palatável, ademais de coerente com o discurso da oposição a Lula em 2010: a culpa pelo ar podre da capital paulista é da Petrobras. Pronto. Agora vamos todos andar de bicicleta no Parque Ibirapuera.

Claro, sem esquecer a conclusão subliminar, por acaso, a mesma que move as petroleiras e seu lobby demotucano: a Petrobras não deveria ser a única operadora do pré-sal.

12. O simplismo permite a Gabeira ombrear a estatal ao Leviatã hobesiano unguído como antípoda pelo vale-tudo dos mercados, como se apenas as duas opções fossem possíveis. "Nós pedimos, trabalhamos, houve até pedidos na Organização dos Estados Americanos (OEA) e não conseguimos vencer a barreira da Petrobras", afirmou o verde no debate do Estadão.

13. "A Petrobras tem uma situação de força (...) quando entra em uma luta, entra pesado, e, no caso do enxofre, ela entrou pesado", acrescentou.

15. O neo-ambientalismo liberal acolhe todos os que preferem enxergar a sociedade acima dos conflitos históricos, reduzindo-a a uma colisão entre carros e bicicletas; 'bons' e 'maus' zeradores de carbono.

16. A verdade talvez seja mais dura; talvez cobre ações mais cansativas do que pedalar. O problema energético aguçado pelo esgotamento do horizonte fóssil não se origina e não se resolverá apenas na troca de uma fonte por outra. São as formas de viver e de produzir que direcionam o uso e o abuso dos recursos naturais em nosso tempo, sejam eles energia, água ou o composto sintético do tecido usado pelos

ciclistas que buscam os parques nos fins de semana.

17. É essa lógica, igualmente, que determina a sustentabilidade no uso do espaço urbano e não leviatãs de vento acenados pelo deputado Gabeira.

18. Associar o equilíbrio da sociedade e do planeta aos livres mercados é pura reciclagem do ideário neoclássico ao discurso ardiloso de um neo-ambientalismo liberal ontologicamente fraudulento.

O Brasil e a reunião de Copenhague – Luiz Pinguelli Rosa – O Globo – Opinião – 01/10/2009

A conferência da Convenção da ONU sobre Mudança do Clima a ser realizada no fim do ano em Copenhague desperta esperanças de compromissos mais efetivos pelos países para reduzir as emissões de gases do efeito estufa, cujas consequências podem ser muito graves para a Humanidade.

Uma questão polêmica será a adoção de obrigações dos países em desenvolvimento quanto às suas emissões.

Um argumento para adotá-las é o crescimento do consumo de energia, especialmente o da China. Por outro lado, as emissões per capita dos países ricos continuam muito acima daquelas dos países em desenvolvimento.

A contração e a convergência estão longe de se realizarem.

Alguns fatos recentes são animadores, mas não o suficiente para garantir uma solução satisfatória em Copenhague.

Um deles é a concordância do governo brasileiro com o limite de 2° C no aumento da temperatura global. Isso implica um grande esforço para reduzir as emissões dos países ricos e controlar as dos países em desenvolvimento.

Outro é a aprovação pela Câmara de Representantes dos EUA do projeto do governo Obama, que avançou em relação a Bush. Entretanto, a proposta ainda não aprovada pelo Senado é reduzir em 2020 as emissões americanas a um valor 17% menor do que era em 2005.

Ora, é bem menos do que a meta estipulada pelo Protocolo de Kioto, que determinava reduzir até 2012 as emissões a um percentual abaixo do valor que tinham em 1990. Mas os EUA permanecem fora do Protocolo.

É positivo o Plano Nacional de Mudanças Climáticas do Brasil aprovado em dezembro de 2008, com metas definidas para redução do desmatamento, que é responsável pela maior parte das emissões brasileiras. Também é animadora a redução na taxa de desmatamento em 55% neste ano, cumprindo a meta do Plano a cargo do Ministério do Meio Ambiente. Mas é preocupante o aumento da participação de combustíveis fósseis na geração elétrica, ainda que seja alvissareiro o crescimento do consumo do álcool nos automóveis, ultrapassando o de gasolina no país, cuja matriz energética tem 45%

Ambientalistas, ruralistas e o pacto 'bom para todos' - Mauro Zanatta – Valor Econômico – agronegócios - 02/10/2009

Um acordo político de bastidor deve garantir a instalação da comissão especial de revisão do Código Florestal Brasileiro na Câmara, ameaçada de ficar paralisada por um confronto aberto entre as bancadas ruralista e ambientalista.

Ex-presidente da Câmara e ex-ministro das Relações Institucionais, o deputado Aldo Rebelo (PCdoB-SP) deve ser eleito relator do projeto de lei que servirá de base para a mudança das regras ambientais do país. "Fizemos um acordo que ficou bom para todos", informa o deputado Moacir Micheletto (PMDB-PR), que deve ser eleito presidente da comissão especial.

Membro da base do governo no Congresso, o deputado Homero Pereira (PR-MT) desistiu da relatoria: "Abri mão para não carimbar a comissão como ruralista. Quero construir, e não manter essa tensão", diz.

Na terça-feira, as divergências entre os deputados quase terminou em agressão. Houve xingamentos, ameaças e confusão porque ambientalistas acusaram ruralistas de uma manobra regimental que daria o controle total da comissão aos parlamentares ligados ao agronegócio. A sessão de instalação da comissão foi suspensa por causa do tumulto.

A comissão especial analisará os termos de quase 400 projetos de lei em tramitação na Câmara para tentar uma proposta única de alteração nas leis ambientais. A questão foi transformada em bandeira eleitoral porque um decreto presidencial fixou o dia 11 de dezembro como prazo final para a adequação de todas as 5,17 milhões de propriedades rurais do país ao atual Código Florestal. Sob pretexto de proteção dos direitos adquiridos, os ruralistas defendem regras mais suaves ao campo. As principais são delegar as leis ambientais aos Estados, liberar topos de morro e várzeas ao plantio, permitir a soma de reservas legais às áreas de preservação permanente (APPs); isentar áreas da obrigação de manter reserva legal, permitir a compensação florestal em regiões fora da bacia hidrográfica da derrubada original, além de perdoar multas e sanções por irregularidades passadas.

Mais pobres exigem que ricos cumpram Kyoto - Afra Balazina – Estado de São Paulo – Vida & - 06/10/2009

Preocupação e desconfiança.

Esses são os sentimentos dos países em desenvolvimento que participam da reunião de negociação climática da Organização das Nações Unidas (ONU) em Bangcoc, na Tailândia. O encontro visa a preparar o terreno para um acordo em dezembro, em Copenhague, sobre as metas de corte de emissão de gases de efeito estufa.

O que se vê nas conversas está longe de um consenso. Ontem, representantes do G77 + China, grupo do qual o Brasil faz parte, criticaram a proposta dos industrializados, colocada pelo Japão, de acabar com o Protocolo de Kyoto e fechar nova proposta em Copenhague.

A primeira fase de compromisso do Protocolo de Kyoto termina em 2012. Por isso, os países negociam as metas para um segundo período de compromisso, com objetivos mais ambiciosos, que iniciaria em 2013. Para o governo brasileiro, acabar com Kyoto significa abrir mão de todas as regras que foram longamente negociadas, mais grave, indica que as nações ricas querem um acordo fraco em Copenhague. “Está claro que a intenção é matar o Protocolo de Kyoto”, declarou o embaixador do Sudão Lumumba Di-Aping, que preside o G77+China. O embaixador Yu Qing-tai, enviado da China, classificou de ideia de sabotagem. “É a mesma coisa que, nos últimos cinco minutos de um jogo, pedir novas regras e esperar que o outro lado concorde.”

O Brasil declarou que se sente injustiçado pela possibilidade de não receber ajuda financeira por ter dito que vai reduzir o desmatamento da Amazônia. A Convenção do Clima da ONU estabelece que os países ricos paguem para que os mais pobres reduzam suas emissões.

Etanol é tema de discussão em Estocolmo

O ambiente será destaque hoje na reunião entre Brasil e União Europeia, em Estocolmo. Deve ser discutida a parceria entre ambos e a África para a produção de etanol nos países africanos.

Na chegada à Suécia, ontem, o presidente Luiz Inácio Lula da Silva defendeu que a ONU seja responsável por medir o nível de gases poluentes que cada país emite, como forma de padronizar as discussões.

“Aí nós vamos saber a responsabilidade de cada um”, disse. ● ALEXANDRE CALAIS

Novíssimo retrato da agricultura familiar - Antônio Márcio Buainain, Alberto Di Sabbato e Carlos E. Guanziroli - O Estado de São Paulo – Economia e Negócios – 06/10/2009

Em 1998-99, o Incra e a Organização das Nações Unidas para a Agricultura e Alimentação (FAO) reuniram um grupo de pesquisadores como objetivo de delimitar um universo da agricultura familiar (AF) brasileira, quantificar sua participação no setor agropecuário e mensurar sua contribuição econômica e social para o desenvolvimento do País. A metodologia aplicada, que se tornou referência e passou a ser amplamente utilizada pelo governo e por pesquisadores, não seguiu o critério de tamanho da área e considerou AF os produtores que utilizavam mais trabalho familiar do que assalariado ou contratado.

Tampouco impôs limites para as receitas desses produtores, já que eles podem e devem crescer e prosperar com base na organização familiar, que contribui positivamente para a desconcentração da renda e o dinamismo das economias locais.

A partir dos resultados da pesquisa, da qual os autores deste artigo participaram, emergiram o *Novo Retrato da Agricultura Familiar Brasileira* (Brasília: MDA/ FAO, 2000) e *Agricultura Familiar e Reforma Agrária no Século XXI* (C. Guanziroli et al. RJ: Garamond, 2001), que confirmaram sua importância para a produção de alimentos e absorção de mão de obra no campo – já conhecida –, mas revelaram fatos como a participação de destaque em

áreas que se imaginavam inteiramente dominadas por agricultores patronais e empresas, como soja, algodão e pecuária de corte, e o elevado nível de integração aos mercados – desmistificando a imagem de produtores de subsistência.

Além das potencialidades, o Retrato desvelou grandes diferenças regionais, a profunda diferenciação entre os produtores familiares, o atraso tecnológico significativo e o peso do minifúndio e da pobreza no Nordeste. Como o *Censo Agropecuário de 2006* apresenta as estimativas da AF a partir de definições legais que não são comparáveis à metodologia utilizada na última década (conhecida como FAO/Inra), o Ministério do Desenvolvimento Agrário (MDA) e o IBGE contrataram pesquisa com a Universidade Federal Fluminense (UFF) e participação da Unicamp para refazer o estudo do Retrato usando os dados do censo de 2006 e traçar a evolução da AF de 1996 a 2006. Os primeiros resultados das tabulações especiais confirmam que desde então muita coisa mudou – felizmente, para melhor!

O censo de 2006 revela que o número de AF, estimado pela metodologia FAO/Inra, cresceu no decênio entre os censos – passou de 4,1 milhões para 4,5 milhões, ou 87,95% do total de estabelecimentos agropecuários do País.

Em 2006 os familiares ocupavam 106 milhões de hectares (32,3% da área total dos estabelecimentos) e respondiam por 40% da produção agropecuária total, com Valor Bruto da Produção de R\$ 57,5 bilhões. O fato de a área ser proporcionalmente menor que a participação na produção revela a maior intensidade no uso do fator terra dos familiares. Em termos de emprego (incluindo os membros da família e seus empregados), a AF absorvia, em 2006, 13 milhões de pessoas (78,8% do total da mão de obra no campo), um crescimento de 2,3% – significativamente acima da queda geral registrada pelo censo.

As maiores variações na participação da agricultura familiar ocorreram nas Regiões Norte e Nordeste, onde esse segmento passou a dominar a produção agropecuária, provavelmente em razão do efeito das políticas públicas (Pronaf, reforma agrária, etc.). No Sul e no Centro-Oeste a AF cresceu pouco e caiu em termos relativos no Sudeste. Mas a manutenção da participação relativa ou mesmo a pequena queda não são sinais de debilidade.

Ao contrário, como nessas regiões o boom do agronegócio foi mais acentuado, manter a posição relativa indica que a agricultura familiar cresceu no mesmo ritmo (ou quase) do setor e que acompanhou e participou do boom do agronegócio.

O aumento da participação da AF na produção agropecuária, de 37,9% para 40% numa década de expansão do setor (1996-2006), indica que os produtores familiares ganharam mais espaço e reconfirma sua importância econômica e social.

Revela ainda que o segmento passou a integrar as mais destacadas cadeias produtivas agropecuárias e a contribuir para o dinamismo do agronegócio nacional entre o final do século 20 e esta década.

Em breve teremos o novíssimo retrato da AF, que certamente qualificará melhor o debate sobre o desenvolvimento rural no Brasil.

Frigoríficos firmam pacto ambiental - Tatiana Freitas – Estado de São Paulo – Economia e Negócios - 06/10/2009

Bertin, Marfrig e Minerva – as quatro maiores empresas brasileiras de abate e processamento de carne e couro – assinaram ontem com a organização não governamental Greenpeace um compromisso público de não aceitar gado de fornecedores envolvidos com o desmatamento da Amazônia. A reunião aconteceu na Fundação Getúlio Vargas, em São Paulo.

O discurso afinado entre frigoríficos e o Greenpeace aconteceu cerca de quatro meses depois de a ONG denunciar o setor no relatório “Farra do Boi na Amazônia”. O relatório acusava a indústria da pecuária de ser o principal responsável pelo desmatamento no bioma amazônico.

No mesmo dia da publicação do relatório, em junho, o Ministério Público entrou com ação pública contra a criação e compra de gado da região. As empresas, aos poucos, assumiram um acordo de compromisso de boicotar a compra de carne de áreas devastadas e as grandes redes de varejo seguiram o mesmo caminho.

Blairo Maggi, governador do Mato Grosso, estado com o maior rebanho do País, também participou do encontro. O político e produtor rural anunciou que a meta do estado é ter 100% das propriedades rurais cadastradas no programa de licenciamento ambiental no prazo de um ano.

Maggi defendeu que pecuaristas sejam compensados financeiramente pelas áreas do bioma amazônico que deixarão de ser desmatadas para tornar viável o fim da compra de matéria-prima de áreas desmatadas da Amazônia.

Segundo o governador, o Brasil vai propor na Conferência do Clima de Copenhague, em dezembro, que os produtores rurais sejam remunerados por não explorarem 20% de suas propriedades que fazem parte da região amazônica cujo desmatamento é autorizado pela legislação atual.

“Na última reunião do Fórum de Governadores da Amazônia com o presidente Lula e ministros, ficou decidido que essa reivindicação vai para Copenhague.

O presidente ainda quer conversar com outros presidentes da Amazônia sul-americana para a apresentação de uma proposta conjunta, mas a posição do Brasil já está tomada”, afirmou Maggi.

O governador do Mato Grosso insiste na contrapartida econômica: “

Aquele que tem o direito de usar 20% de sua propriedade precisa ter a opção de transformar isso em atividade econômica tradicional ou moderna, que é preservar o meio ambiente, mas receber por isso”.

De acordo com a Associação dos Criadores de Mato Grosso (Acrimat), das 26 milhões de cabeças que formam o rebanho do Estado do Mato Grosso, cerca de 10 milhões estariam em área de desmatamento ilegal.

O Mato Grosso, um dos líderes em desmatamento no País, vai fornecer aos frigoríficos um sistema de monitoramento por satélite para acompanhar a área utilizada para pecuária na Amazônia.

Segundo o governo federal, a pecuária ocupa 80% das áreas desmatadas na Amazônia. Os frigoríficos adotaram prazos para o cadastro das fazendas fornecedoras e o monitoramento do desmatamento ao longo da cadeia produtiva.

O Greenpeace deve ajudar na fiscalização, mas o acordo assinado ontem não implica em nenhum tipo de penalidade aos frigoríficos quando não cumprirem o compromisso. O acordo prevê ainda que os frigoríficos rejeitem invasão de terras indígenas, trabalho escravo e grilagem, entre outros pontos.

O presidente da Marfrig, Marcos Molina, ressaltou que o pacto representa um passo importante para a cadeia produtiva na adoção de boas práticas sustentáveis, atendendo a consumidores estrangeiros e brasileiros.

Já o sócio-diretor da JBSFriboi, JoséBatistaJunior, destacou que ações conjuntas como esta fortalecem a posição de frigoríficos brasileiros no mercado externo.

“A adoção de medidas conjuntas demonstra a seriedade dos compromissos assumidos pelos frigoríficos e ajuda a evitar a duplicação de esforços, agilizando a adoção de critérios que levem ao fim do desmatamento na produção pecuária brasileira”, disse Paulo Adário, diretor da campanha Amazônia do Greenpeace.

Pesquisa destaca política ambiental do governo – Sítio Eletrônico do MMA - 06/10/2009

A área ambiental foi destaque na pesquisa CNI/Ibope realizada em setembro deste ano: 61% dos entrevistados aprovam o trabalho realizado pelo governo federal nessa área. Esse é o mais alto índice de aprovação desde que a pesquisa começou a ser realizada, em 2003.

No capítulo que aborda áreas específicas de atuação do governo federal, todos os nove itens investigados registram melhora da avaliação do governo. Os aumentos mais expressivos ocorrem no combate à fome e à pobreza, na área do meio ambiente, na educação e no combate ao desemprego.

A pesquisa foi realizada de 11 a 14 de setembro, com 2002 entrevistados em 142 municípios. A margem de erro é de 2 pontos percentuais.

Lula descarta desmatamento zero e negocia presença na COP - Andrei Netto e Alexandre Calais – Estado de São Paulo – Vida & - 07/10/2009

O Brasil não pretende adotar metas de desmatamento zero nem elevar os objetivos estabelecidos no Plano Nacional de Mudanças Climáticas, como forma de reduzir emissões de gases-estufa e facilitar o acordo do clima em Copenhague, em dezembro. A afirmação foi feita pelo presidente Luiz Inácio Lula da Silva, em Estocolmo, durante reunião entre a União Europeia e o Brasil. No encontro, o presidente da Comissão Europeia, José Manuel Durão Barroso, definiu o plano brasileiro como “ambicioso” e exemplar.

Mesmo após pedir esforços dos demais países em favor de um acordo ambicioso e de definir a 15ª Conferência do Clima (COP15) das Nações Unidas como “um momento extraordinário” que enfrenta “um impasse”, Lula descartou elevar as ambições de seu governo. “Nem se o Brasil fosse careca poderia assumir o desmatamento zero. Sempre vai haver alguém querendo desmatar alguma coisa.” Ele citou o compromisso de reduzir o desmatamento em 70%

até 2017 e em 80% até 2020: “É uma meta que vai precisar um esforço incomensurável da sociedade brasileira para ser cumprida.”

Confrontado com dados da proposta brasileira, Durão Barroso fez elogios. “Em teoria, pode haver sempre mais ambição.

Na Europa é a mesma coisa. Mas estamos sugerindo que outros países, em especial os com floresta tropical, com grandes zonas de mata, possam fazer um esforço comparável ao que o Brasil se submeteu”, afirmou.

PRESENÇA EM COPENHAGUE

Minutos antes da cúpula, em sua chegada ao palácio Rosenbad, Lula deparou-se com uma manifestação promovida pelo Greenpeace, que pedia em faixas e cartazes o seu comparecimento à COP 15. “Lula, você levou as Olimpíadas, agora salve o clima”, dizia uma delas.

Questionado sobre a intenção de comparecer à conferência, Lula disse que negocia com outros chefes de Estado e de governo a realização de uma reunião em Copenhague, que aconteceria entre 16 e 17 de dezembro – às vésperas do término da COP 15. “A ideia é que nós participemos juntos com o maior número possível de dirigentes mundiais”, explicou. Se não houver acordo, o brasileiro não comparecerá.

“Mas eu trabalho com a ideia de que vários presidentes compareçam a Copenhague para que possamos fazer uma discussão de fundo”, completou o presidente.

Lula e Durão Barroso anunciaram ainda que Brasil e UE farão outra reunião sobre mudanças climáticas para encontrar um denominador comum em suas propostas.

“Estamos juntos também na procura de uma solução para Copenhague”, assegurou Durão Barroso. A ação conjunta havia sido sugerida pelo presidente francês, Nicolas Sarkozy, em Brasília, em setembro.

A UE já aprovou metas vinculativas em termos de redução de emissões de CO₂, o chamado Pacote Energia- Clima, ou 3x20, que prevê no mínimo 20% menos gases de efeito estufa, 20% menos consumo de energia e uso de 20% de energias renováveis até 2020.

Crise global reduz emissão de CO₂ - Jamil Chade – O Estado de São Paulo – Vida & - 07/10/2009

Se a crise financeira quase provocou o caos no mundo e jogou 100 milhões de pessoas para a pobreza, ela pelo menos teve um lado positivo: o mundo registrou a queda nas emissões de CO₂ nos últimos 40 anos. A conclusão é da Agência Internacional de Energia, com sede em Paris.

Ainda assim, a queda deve ser rapidamente compensada se políticas ambientais não foram aceleradas.

A AIE estima que o setor de energia terá de investir US\$ 10 trilhões para reduzir emissões e se adaptar em 20 anos. Só o setor do etanol precisará de investimentos de US\$ 400 bilhões. Mas a agência estima que o setor nuclear exigirá um investimento superior aos dos biocombustíveis, inclusive entre os emergentes.

Em 2009, a estimativa é de que as emissões sofram uma queda de 3% por causa da redução dos investimentos globais em tecnologias poluidoras. O impacto foi tão profundo que exigiu que a entidade fizesse uma revisão das emissões de CO₂ em 2020. Com a queda dos últimos 18 meses, a projeção é de que o volume emitido pelo planeta seja 5% abaixo do cálculo inicial.

Para a AIE, a crise é uma chance para modificar o padrão de desenvolvimento do mundo. “Temos uma oportunidade única”, afirmou o diretor executivo da AIE, Nobuo Tanaka. Apesar da queda de emissões, a AIE observa que o ganho dos últimos 18 meses pode ser rapidamente desfeito com a volta do crescimento da economia.

Se não for feito, as emissões de CO₂ vão aumentar em 30% até 2030 e, em grande parte, por causa do maior uso de combustível fóssil nos países emergentes.

Se isso ocorrer, a concentração de CO₂ na atmosfera seria de mil partes por milhão (ppm) a partir do ano 2050.

METAS

Para que um cenário catastrófico não ocorra, a meta da AIE é de estabilizar as emissões de CO₂ em 450 ppm até 2030. Por esse plano, as economias emergentes continuariam a crescer.

Já a temperatura média do planeta não subiria mais de dois graus Celsius. As emissões relacionadas à geração de energia poderiam aumentar até 6% no mundo até 2020, em comparação aos níveis de 2007. Mas a intensidade de emissões de carros teria de cair em 37%.

No total, as emissões teriam de ser reduzidas em 3,8 gigatoneladas até 2020. 1,6 gigatoneladas teriam de ser cortadas nos países ricos. Já a China teria de promover um corte de 1 gigatonelada.

Para a AIE, isso demonstra o papel central que a China terá no futuro ambiental.

Pelo plano, os países ricos teriam de reduzir em 17% suas emissões até 2020, com um corte nas emissões de carros em 39%. Nos Estados Unidos, a redução de emissões da produção de energia seria de 18%, ante uma queda dos veículos de 41%, a maior do mundo. Para a Europa, as exigências também são altas. A queda de emissões da produção de energia seria de 20%, ante 37% dos veículos.

A AIE admite que os países emergentes continuem a aumentar suas emissões. Em 2030, elas seriam 14% acima das taxas de 2007. Mas os veículos nas economias emergentes também terão de sofrer uma transformação e criar 38% menos poluentes.

A AIE destaca a situação da China que, até 2030, terá um aumento de 38% na emissão de CO₂ em atividades relacionadas à produção de energia. Mas terá de cortar em 42% a intensidade de emissões de carros.

INVESTIMENTOS

No total, o setor de energia terá de investir US\$ 10,5 trilhões em novas tecnologias e redução de emissões até 2030 para que a temperatura mundial suba em apenas dois graus Celsius. 30% desse investimento terá de ser feito nos países emergentes.

O volume será equivalente a 0,5% do Produto Interno Bruto (PIB) mundial em 2020, subindo para 1,1% do PIB em 2030.

Mas a economia nos gastos de combustíveis somará US\$ 8,6 trilhões entre 2009 e 2030.

O segmento do etanol seria uma das apostas para atingir a meta de 450 ppm em 2020. Segundo a AIE, novas instalações para a expansão do etanol consumirão US\$ 400 bilhões em 20 anos. US\$ 230 bilhões serão gastos nos países ricos e US\$ 127

bilhões apenas nos EUA. Já o investimento em etanol nos países emergentes chegaria a US\$ 56 bilhões em 20 anos.

Esses investimentos permitiriam que, em 2030, 12% dos carros do mundo fossem movidos a etanol. Porém, 80% ainda dependeriam de gasolina, ante 8% de gás natural e eletricidade.

Nos países ricos, carros movidos a biocombustíveis serão 14% da frota. Nos Estados Unidos, a frota chegará a 19,8%, ante apenas 11% nos emergentes.

Os investimentos em etanol, no entanto, serão inferiores ao que a AIE estima que será necessário na área nuclear, com US\$ 520 bilhões até 2030. Desse total, US\$ 132 bilhões de investimentos terão de ocorrer nos países emergentes.

Lula: desmatamento zero é impossível – Eliane Oliveira – O Globo – O País – 07/10/2009

Europeus elogiam plano brasileiro de redução de derrubadas em até 80%

ESTOCOLMO. Após receber de manifestantes do Greenpeace o pedido para que compareça à conferência mundial sobre o clima — marcada para dezembro, em Copenhague — e que assuma o compromisso de reduzir a zero o desmatamento na Floresta Amazônica até 2020, o presidente Lula garantiu ontem que participará do evento. Afirmou, porém, que a meta sugerida pela ONG é impossível de ser cumprida.

— Nem se o Brasil fosse careca poderia assumir (o compromisso) do desmatamento zero, porque sempre haverá alguém que vai cortar alguma coisa. O que o Brasil está fazendo é algo muito revolucionário e muito forte — disse Lula, destacando que, este ano, o Brasil registrará o menor nível de desmatamento em 20 anos.

A abordagem do Greenpeace ocorreu quando Lula chegou ao Palácio Rosenband, sede do governo sueco, ontem de manhã, antes de participar da Cúpula União Europeia-Brasil. Os manifestantes carregavam faixas com frases como “Lula, vá a Copenhague. Salve o clima”.

Ao lado do primeiro-ministro da Suécia, Fredrik Reinfeldt, e do presidente da UE, José Manuel Durão Barroso, Lula frisou que o Brasil tem o compromisso de reduzir em 70% o desmatamento até 2017, chegando a 80% em 2020.

Acrescentou que a meta demandará um esforço “incomensurável” da sociedade brasileira.

Os europeus elogiaram o plano nacional de redução de emissões e elogiaram a proposta brasileira de se criar uma espécie de índice, no âmbito da ONU, para medir as emissões de gases de cada país responsável pelo efeito estufa.

A repórter viajou a convite da União Europeia

Ruralistas acirram briga pelo novo Código Florestal – Mauro Zanatta – Valor Econômico – Agronegócios – 07/10/2009

A bancada ruralista da Câmara decidiu "tratorar" a oposição de parlamentares ambientalistas na comissão especial de reforma do Código Florestal Brasileiro. Os ruralistas conseguiram apoio de Anselmo de Jesus (PT-RO) ao bloco que controlará a comissão.

Indicado pela maioria, o deputado Moacir Micheletto (PMDB-PR) presidirá os trabalhos e, assim que assumir o cargo, deve nomear Aldo Rebelo (PCdoB-SP) como relator da comissão. O deputado Homero Pereira (PR-MT) cedeu a vaga de 1º vice-presidente a Anselmo. "É um absurdo querer mudar para pior o Código Florestal às vésperas da reunião de Copenhague", afirmou o deputado Sarney Filho (PV-MA), em referência à cúpula da ONU sobre mudanças climáticas, em dezembro, na Dinamarca.

Em clima de confronto aberto com ambientalistas e os líderes de PV e PSOL, os ruralistas apelaram ontem até ao presidente da Câmara, Michel Temer (PMDB-SP), para que ele conduzisse pessoalmente a eleição dos membros da nova comissão. Convidado, Temer declinou, mas decidirá uma "questão de ordem" levantada pelo PV em plenário sobre os critérios para a composição da comissão especial.

Em discurso no plenário da Câmara, o líder "verde" Edson Duarte (BA) questionou a distribuição dos cargos em "desacordo" com o regimento interno da Câmara. Segundo ele, o grupo deveria ser composto por metade de parlamentares titulares das oito comissões permanentes pelas quais a reforma do Código Florestal teria que passar em situações normais. "Pelo menos quatro comissões não estão aqui representadas", protestou.

Pelo regimento, Michel Temer terá que responder ao questionamento. Nos bastidores, informa-se que Temer rejeitará a questão de ordem e abrirá caminho para a eleição imediata dos dirigentes da nova comissão. "Se não tem acordo, vamos para o voto. É ruim esse clima de divisão antes mesmo das discussões de mérito, mas não há outra solução", disse o deputado Waldemir Moka (PMDB-MS).

A instalação da comissão especial, na semana passada, serviu de palco para acusações, xingamentos e ameaças dos dois grupos parlamentares. Os ruralistas queriam emplacar Homero Pereira na relatoria, mas os ambientalistas protestaram. Em seguida, tentou-se um acordo para garantir Aldo Rebelo no cargo, mas os ambientalistas novamente rejeitaram o acordo, acusando Rebelo de estar mais próximo das teses ruralistas. "Agora, eles vão ter que aceitar a derrota", disse o deputado Abelardo Lupion (DEM-PR), que contabilizava ontem "ao menos" 12 votos para os ruralistas.

A comissão condensará quase 400 projetos de lei em tramitação na Câmara para tentar proposta única para as leis ambientais. A questão virou bandeira eleitoral porque um decreto presidencial fixou o dia 11 de dezembro como prazo final para adequação de todas as 5,17 milhões de propriedades rurais do país ao atual código.

Os ruralistas querem regras mais brandas, como delegar as leis ambientais aos Estados, liberar áreas de preservação permanente (APPs) em topos de morro e várzeas ao plantio, isentar áreas da obrigação de manter reserva legal, permitir a compensação florestal em regiões fora da bacia hidrográfica, além de perdoar multas por irregularidades passadas.

Noruega reduzirá emissões em 40% - Afra Balazina - Estado de São Paulo – Vida & - 09/10/2009

A Noruega anunciou ontem em Bangcoc, na Tailândia, a meta mais ambiciosa de corte de emissões de gases que provocam o aquecimento global entre os países desenvolvidos. O governonorueguêdissequereduzirá até 2020 suas emissões de gases-estufaem40%,em relação ao nível de 1990.

Aplaudido pela plateia, o anúncio da Noruega foi o acontecimentomaisanimadordo encontro em Bangcoc, que é uma preparação para a conferência do clima de Copenhague, na Dinamarca, em dezembro.

As negociações têm avançado lentamente porque as nações mais ricas evitam falarem metasenaquantidadederecursos que poderá ser usada para financiar o corte de emissões nospaísesemdesenvolvimento para que eles também se adaptem às mudanças climáticas. Oscientistasdopaineldoclimada Organização das Nações Unidas (IPCC) recomendam queocortedasemissõesessejade 25% a40% até2020ede80% até 2050. Antes do anúncio da Noruega, os objetivos mencionados pelos industrializados ficavam entre 11% e 18% – muito abaixo do que os especialistas consideram necessário.

Na opinião do negociadorchefedoBrasil, Luiz Alberto Figueiredo Machado, a meta da Noruegatrázumalento paraas negociações e deve realmente ser aplaudida. Para Kim Carstensen, da ONG World Wide Foundation (WWF), o anúncio “mostra que são os governos que precisam dar o sinal verde político para a construção de umacordo em Copenhague”.

Não foi mencionado ainda quanto da meta norueguesa seráatingidacom esforçosdomésticos e quanto virá por meio do mercado de créditos de carbono, que os países desenvolvidos podem comprar das nações em desenvolvimentoparacompensar suas emissões.

Para a WWF, a Noruega deve ser o exemplo que o mundo precisa de como um país cuja economia depende do petróleo pode mudar para um padrão de desenvolvimento sustentável de baixa emissão de carbono.

Apesar de faltarem 58 diasparaaconferênciadoclima de Copenhague, as delegaçõestêm apenasmais6para negociar – contando com hoje, em Bangcoc, e outros 5 dias em Barcelona, na Espanha.

Para o secretário-geral da Convenção do Clima da ONU, Yvo de Boer, os políticos precisam demonstrar ambiçãoparaselarocompromisso.

Ele comparou o andamentodoprocessoaofuncionamentodeumafábrica.

Até agora,conseguiu-seerguero prédio, mas ainda falta a eletricidade para que as operações sejam iniciadas.

EXPECTATIVA

O Brasil demonstrou ontem preocupação com o texto da negociação da Redução de Emissões para o Desmatamento e a Degradação (REDD).

A avaliação é que o documentopodebeneficiardesmatadores de florestas nativas.

O documento ainda será negociado na reunião em Barcelona, em novembro.

EUA defendem apoio para Combate ao desmatamento – Afra Balazina – Estado de São Paulo – Vida & - 09/10/2009

Os Estados Unidos declararam adisposiçãodeajudaroBrasil e outros países a evitar o desmatamento.

O principal negociador americano para o clima, Jonathan Pershing, afirmou anteontem em Bangcoc, na reunião promovida pela Organização das Nações Unidas, que o desmatamentoprecisa ser controlado e que seu país “tem de apoiar a questão”.

“Estamosvendooqueaciência diz sobre florestas no mundo.

Elas estão levando a substanciais porções de emissão de gases-estufa. Então, qualquer coisa que possamos fazer como comunidade internacional para ajudar a reduzir o desmatamento e melhorar as práticas de uso do solo parece uma boa ideia”, disse ao **Estado**. Segundo o Instituto Nacional de Pesquisas Espaciais (Inpe), o desmatamento da Amazônia brasileira contribui comercade2,5%dasemissões globais de gases causadores do efeito estufa.

Uma das formas de financiar a diminuição do desmatamentoé o mecanismo chamado de Redução de Emissões por Desmatamento e Degradação florestal (REDD), que permitiria aos países desenvolvidos receber créditos de carbono pelo financiamento de projetos de conservação que reduzam o desmatamento nos países em desenvolvimento.

Mas, segundo Pershing, alémdoREDD,os Estados Unidos levam em conta outras maneiras de prover recursos para diminuir o desmate. “Existem outros métodos, como empréstimos e subvenções diretas. Colocamos todos eles no projeto de lei de energia e clima que está no Senado.”

O encontro em Bangcoc é uma preparação para a conferência do clima de Copenhague, onde deve ser fechado o acordo com a definição de novas metas de redução de emissão de gases-estufa para os países industrializados. Porém, o projeto de lei citado por Pershingnãootemprevisãoparaser votado no Senado.

Sem a lei, as negociações estão complicadas, pois os EstadosUnidosnãocolocampostasclarasnamesa.

Elesnãquerem cometer o mesmo erro, de assinar o Protocolo de Kyoto, mas depois, em razão da oposição dos congressistas, não o ratificar.

Ontem, Pershing elogiou ações de países emergentes para reduzir emissões e citou China, Índia, Brasil e África do Sul.

Entretanto, voltou a demonstrar que os EUA querem um acordodemque os paísesemdesenvolvimento também tenham responsabilidades, mesmoquediferenciadas– jáqueos paísesindustrializadostêmresponsabilidade histórica. “Estamos menos confortáveis com a ideiadequela comunidadeinternacional só se importa com as ações de cerca de 30 países (*os industrializados*).”

CRÍTICAS

Pershing também teve de responder a críticas, entre elas a de que seu país tem bloqueado negociações.“Ahistóriasdeincapacidade dos EUA para se moverem são vastamente exageradas”, falou. “O Congresso, apesar de um processo difícil e demorado, está se movendo. E quando um governo novo entra e precisa mudar o que aconteceu por muitos anos, isso leva tempo em qualquer país. Mas não estamos bloqueando, estamos tentando facilitar (*o acordo*)”, afirmou.

Ele também comentou a divulgação de dados da IEA (Agência Internacional de Energia) que mostraram que, coma criseeconômica,asemissões de 2009 devem cair 3%.

“Não atingimos um ponto em que o problema não pode ser resolvido”, disse. E, aproveitando para provocar os emergentes, disse: “O segundo ponto do relatório que eu destaco é que os países precisam agir imediatamente, e todos devem agir.”

Clima e emissões, oportunidades para Novozymes – Marli Lima – Valor Econômico – Agronegócios – 09/10/2009

A Novozymes, empresa de biotecnologia com sede na Dinamarca, viveu um de seus melhores momentos em 2008, com crescimento de 13% nas vendas, mas sentiu os efeitos da crise econômica e prevê para 2009 um resultado "levemente positivo", conforme Thomas Nagy, vice-presidente de relações com a comunidade. Agora a multinacional pretende aproveitar a CoP-15, conferência da ONU de mudanças climáticas em dezembro, em Copenhague, para tornar suas enzimas mais conhecidas e, com isso, atingir a meta de crescer 10% ao ano até 2015.

Nagy esteve em Curitiba esta semana para tratar de projetos em andamento, entre eles o investimento de R\$ 2 milhões em um laboratório de pesquisa e desenvolvimento do etanol de segunda geração (produzido a partir de diferentes biomassa).

O executivo explica que a Novozymes está empenhada em apresentar a "tomadores de decisão" dos governos e representantes da indústria, antes e durante o evento mundial, o que o uso das enzimas pode fazer para reduzir a emissão de gases-estufa. Também quer mostrar ao consumidor final que a biotecnologia não é algo distante, que já faz parte do dia a dia - está nos alimentos, rações, no detergente que lava a roupa e em outros itens. "Os políticos precisam saber que há solução, só assim podem criar legislação", diz Nagy.

As enzimas são obtidas por meio de microorganismos, como fungos, leveduras e bactérias. Pelos cálculos da empresa, com as enzimas vendidas no ano passado, 28 milhões de toneladas de CO₂ deixaram de ser emitidas, ou o equivalente ao que é gerado por cinco milhões de veículos.

Na unidade da empresa de Araucária (PR) são feitas enzimas sobretudo para ração e uso em detergentes, além de estudos para o etanol. Nagy cita, como exemplo, que o uso delas em detergentes pode reduzir o consumo de energia, porque dispensa o uso de água quente, como é comum na Europa e nos Estados Unidos - mas não o caso do Brasil. "É preciso trabalhar com mudança nos hábitos do consumidor", afirma Pedro Luiz Fernandes, presidente da Novozymes para a América Latina.

A decisão de investir na apresentação do que faz foi tomada há dois anos. As discussões do CoP-15 são encaradas internamente como oportunidade. Para 2010, outro assunto deve ganhar destaque, porque a empresa marcou para meados do ano a apresentação de um modelo viável para a produção do etanol de segunda geração. Pesquisadores brasileiros estão sendo treinados nos EUA e na Dinamarca.

"Atuamos afirma diz o executivo. Ao todo são 700 diferentes produtos. O etanol responde por 17% do negócio no mundo.

País teria R\$ 10 bi com ação antidesmatamento – Martha Beck e Catarina Alencastro – O Globo – 11/10/2009

Ganha força no governo proposta polêmica de permitir que redução da degradação florestal no Brasil gere créditos de carbono

BRASÍLIA. A dois meses da cúpula das Nações Unidas sobre mudanças climáticas — que vai definir o acordo que substituirá o Protocolo de Kioto — os ministérios da Fazenda e do Meio Ambiente (MMA) se uniram em torno de uma proposta para reduzir as emissões de gases causadores do efeito estufa no Brasil e incluir o país no mercado bilionário de créditos de carbono. A ideia é permitir que ações para reduzir o desmatamento e a degradação de florestas gerem créditos de carbono, ou seja, receita — estimase R\$ 10 bilhões — para o país financiar projetos de preservação da Amazônia. As pastas de Ciência e Tecnologia e Relações Exteriores se opõem ao mecanismo, ainda não regulamentado nos fóruns internacionais.

Segundo estudo da Secretaria de Política Econômica (SPE) do Ministério da Fazenda, o Brasil é o quarto maior causador mundial de gases do efeito estufa devido às emissões do setor florestal. Estimase que o desmatamento na Amazônia represente 2,5% das emissões globais.

No entanto, a preservação dessas áreas não é compensada, o que torna a participação do país no mercado de carbono — que movimentou US\$ 120 bilhões em 2008 — tímida. A concessão desses créditos poderia trazer ao país mercado potencial de mais de R\$ 10 bilhões.

Alimentos: aquecimento levaria a perdas de R\$ 14 bi O estudo da Fazenda defende que a ação brasileira seja firme, considerando que o aquecimento global pode comprometer a produção de alimentos no Brasil.

Isso levaria a perdas de até R\$ 7,4 bilhões em 2020, atingindo R\$ 14 bilhões em 2070.

Outra proposta que Fazenda e Meio Ambiente querem emplacar na reunião da ONU é que o Brasil assuma um compromisso de reduzir as emissões. O argumento seria usar essas ações como moeda de troca com nações mais desenvolvidas para que elas se comprometam a reduzir de forma mais robusta suas emissões a partir de 2012, quando termina a vigência de Kioto. Mas o assunto não é consenso no governo.

De um lado, estão Fazenda e Meio Ambiente (até agora isolado nas discussões) e do outro, Itamaraty e Ciência e Tecnologia.

Estes últimos são contra a inclusão de florestas no mercado de carbono, temendo que o instrumento derrube os preços dos créditos no mercado mundial. E, para Ciência e Tecnologia, a fórmula não ajuda a inverter o principal: mudanças climáticas.

No caso do Itamaraty, também há o temor de que o compromisso brasileiro na área ambiental fragilize o país em outras negociações comerciais. Na convenção da ONU, cabe ao Brasil promover ações para reduzir a taxa de aumento de suas emissões, sem a fixação de metas.

Esses dois ministérios não apoiaram o MMA quando este decidiu fixar metas internas de redução do desmatamento no Plano Nacional de Mudança do Clima, apresentado na cúpula da ONU no fim do ano passado.

A secretária de Mudanças Climáticas do Ministério do Meio Ambiente, Suzana Khan, afirma que o viés econômico dado pela Fazenda reforça os argumentos: — O estudo da Fazenda não nos diz nada que o bom senso já não nos dizia. Mas

quando você coloca números dá mais fundamentação. Sai da retórica para o mundo real. Quando você contabiliza as perdas econômicas associadas com as perdas agrícolas que o país pode ter, mobiliza mais esforços para resolver o problema.

O governo agora terá elementos para definir prioridades.

Para a secretária, o engajamento da área econômica indica que a variável ambiental entrará na política de governo: — É um movimento sem volta.

O problema das mudanças climáticas não é para nossos netos. É preocupação do aqui e agora, nossa, do nosso tempo.

As equipes do Itamaraty e da Ciência e Tecnologia, porém, argumentam que se o Brasil emplacasse o certificado de Redução de Emissões por Desmatamento e Degradação Florestal (REDD) no mercado de crédito de carbono, poderia abrir uma brecha para que outros países façam o mesmo com outros mecanismos, desregulando o mercado. A Venezuela, por exemplo, poderia cobrar por deixar de explorar reservas de petróleo.

Brasil não monitora desmatamento nos biomas Outro problema estaria no fato de o REDD ainda não ser um mecanismo regulamentado na convenção da ONU sobre Mudanças Climáticas. Embora isso possa acabar ocorrendo na reunião de Copenhague, as discussões esbarram em divergências entre os países do grupo de trabalho que elabora o texto a ser apresentado na convenção. Por isso, caso o tema seja proposto pelo Brasil, colocaria a discussão na estaca zero e comprometeria as negociações.

Outro problema seria o Brasil não estar preparado para garantir que, se receber dinheiro externo para evitar o desmatamento, a prática deixará de acontecer em todo o território.

Isso porque não há monitoramento do desmatamento em todos os biomas. Só a Amazônia é monitorada. O que acontece no Cerrado, na Caatinga e na Mata Atlântica não se sabe ao certo.

O Ministério do Meio Ambiente já anunciou que vai monitorar todos os biomas e que terá metas de redução de desmatamento para cada um, mas o processo ainda não começou.

Nas próximas semanas, o governo definirá uma linha de ação para Copenhague. A cúpula que define essa linha é formada por Ciência e Tecnologia, Itamaraty e Meio Ambiente, mas há pressão para que a Fazenda também seja protagonista no debate

País tem meta climática – Roberta Jansen e Catarina Alencastro - O Globo – Ciência – 13/10/2009

Lula fala em redução de 80% no desmatamento; Minc quer congelar emissão de CO2

O governo brasileiro pretende assumir o compromisso externo de reduzir em 80% o desmatamento da Amazônia até 2020, evitando a emissão de 4,8 bilhões de toneladas de CO2, o principal gás do efeito estufa. Com o cumprimento do plano interno, o país estabilizaria as emissões em relação aos valores de 2005 — uma contribuição significativa no combate ao aquecimento.

A meta foi anunciada ontem por Luiz Inácio Lula da Silva, em seu programa de rádio Café com o presidente, e faz parte da proposta que o Brasil pretende levar à

Conferência das Nações Unidas sobre Mudanças Climáticas, a ser realizada em dezembro, em Copenhague, onde os 192 países membros buscarão um novo acordo para substituir o Protocolo de Kioto, que expira em 2012.

O número citado por Lula respalda a proposta do Ministério do Meio Ambiente (MMA) para a reunião da ONU, que será apresentada oficialmente hoje ao presidente e à qual O GLOBO teve acesso.

A proposta do MMA, ainda a ser aprovada em sua integridade, prevê também metas mais ousadas — na qual o Brasil estabilizaria suas emissões de 2020 em valores de 1994, com a redução do desmatamento também em outros biomas, a ampliação do uso de biocombustível e um maior investimento em hidroelétricas. Em ambos os cenários, o país manteria um crescimento anual da ordem de 4%. Se nada for feito, o aumento das emissões seria de 45%.

— Vamos estabilizar emissões e manter o crescimento: isso é uma coisa absolutamente inédita e considerada muito forte — afirma o ministro do Meio Ambiente, Carlos Minc. — Lembre-se que a Índia está falando em triplicar emissões.

Segundo o Painel Intergovernamental de Mudanças Climáticas (IPCC) da ONU, os países desenvolvidos têm que reduzir até 2020 de 25% e 40% suas emissões de gases estufa (com base no nível das emissões em 1990) para que o aquecimento fique em 2 graus Celsius — uma elevação considerada administrável — e o planeta não sofra consequências mais graves

Contrapartida dos ricos é fundamental

Para isso, as emissões mundiais em 2020 não podem ultrapassar a média de 450 partes por milhão (ppm).

Segundo os especialistas, é imprescindível que, em Copenhague, os países acordem como chegar a esta meta.

— Os países desenvolvidos dizem que não vão fazer nada se nós não tivermos metas, e nós dizemos que não vamos fazer nada se eles não mostrarem o dinheiro. É um impasse — constata a secretária nacional de mudanças climáticas e qualidade ambiental, Suzana Kahn, que também é vice-presidente do grupo de mitigação do IPCC. — O que estamos propondo é mostrar o que somos capazes de fazer e, então, nos apropriarmos dos recursos: ‘eu faço isso, mas você me dá uma contrapartida’.

Em seu programa de rádio, Lula também falou da importância da contrapartida dos países ricos: — Nós queremos ver o que que é possível tirar em Copenhague, como proposta, sobretudo, do mundo desenvolvido, para que eles assumam compromissos, não apenas para diminuir as emissões, mas para que possam pagar pelo estrago que já fizeram ao planeta.

A contrapartida dos países desenvolvidos seria dada na forma de financiamentos para o Mecanismo de Desenvolvimento Limpo (MDL) e a Rede de emissões de Desmatamento e Degradação Florestal (REDD), mecanismos para contabilizar emissões evitadas; mas, sobretudo, por meio das Ações Nacionais Apropriadas de Mitigação (Anama), a criação de projetos específicos para áreas consideradas cruciais.

Entre elas, o ministério destaca: redução do desmatamento na Amazônia e no Cerrado, combate à desertificação, incentivo à ampliação do uso de etanol e outros biocombustíveis, estímulo ao uso do carvão vegetal de reflorestamento, resíduos.

— Não tenho valores específicos, mas cada um desses projetos estaria na ordem de US\$ 2 bilhões a US\$ 6 bilhões ao ano — calcula Minc.

Para o especialista em mudanças climáticas da Universidade de Brasília (UnB), Eduardo Viola, se o Brasil conseguir estabilizar suas emissões, teria uma das mais avançadas posições do mundo na matéria.

— Mas a expectativa de conseguir esse montante de recursos externos é totalmente irreal — ressalva o especialista. — Aponta contradição do discurso brasileiro. O Brasil fala muito de justiça para os pobres, mas quer se apropriar da maioria dos recursos internacionais.

Esta não é uma proposta justa, em termos globais, afinal o Brasil não é um país pobre, é um país médio.

O que acontece com os pobres, se o Brasil pegar a maior parte do dinheiro? Ficar com entre US\$ 10 e US\$ 30 bilhões por ano é absolutamente delirante. Seria mais realista falar em algo entre US\$ 1 e US\$ 2 bilhões anuais para a totalidade de projetos que o país quer trabalhar.

Mesmo no cenário mais simples, de apenas reduzir o desmatamento da Amazônia, a tarefa não é tão simples como possa parecer. O próprio Minc reconhece as dificuldades.

— É claro que para cumprir metas tão ousadas temos que enfrentar uma outra discussão sobre como assumir um compromisso deste tamanho e combater, de fato o desmatamento.

Temos que ter uma política interna que não permita o desmatamento — afirma. — Mas vale lembrar que temos conseguido reduzir muito a destruição da floresta, com os menores índices registrados em 21 anos.

Queimadas geram maioria de emissões

De acordo com estimativas governamentais, cerca de 60% das emissões brasileiras de gases-estufa são provenientes das queimadas. O restante viria da indústria, da pecuária e da agricultura.

Para o coordenador da campanha de clima do Greenpeace, João Talocchi, a proposta é falha por não levar isso em consideração.

— O projeto fala em reduzir em 80% o desmatamento, mas não prepara o país para isso — acredita. — Além disso, o desmatamento é o maior vetor sim, mas vale lembrar que os demais são os que têm maior potencial de crescimento.

Segundo Talocchi, falta integração entre as diversas áreas do governo para uma abordagem mais realista do problema.

— Há um ano atrás foi uma guerra assumirmos metas internas e voluntárias; agora, estamos às vésperas de aprovar metas externas e obrigatórias.

É uma grande mudança na posição brasileira — diz Minc

Desenvolvimento e clima – Antônio Delfim Netto – Valor Econômico – Brasil – 13/10/2009

Costumo redobrar os cuidados ao discutir questões relacionadas ao aquecimento global ou até que ponto se pode atribuir à ação do homem as mudanças climáticas que parecem mais perturbadoras à cada mudança de estação. São temas que vão colocar o Brasil em evidência na Convenção do Clima em dezembro em Copenhague, quando o debate esquentar a respeito do manejo das florestas tropicais.

Com segurança não se sabe, na realidade, o que causa o efeito estufa. Não se tem ideia da dimensão das alterações geradas pelos movimentos do equilíbrio do sistema solar que se repetiram algumas vezes no passado. As discordâncias entre "especialistas" e o desconhecimento manifestado pelos leigos que entram no debate sobre a proteção ambiental na Amazônia, por exemplo, são enormes. É evidente a necessidade de aumentar os investimentos em pesquisas sérias para tentar conhecer melhor as causas naturais da eventual degradação. E transmitir os conhecimentos de forma a obter a adesão das populações locais, não apenas no Brasil, mas em escala global, pois são as primeiras interessadas.

De outro lado, é importante que os demais brasileiros se convençam que estes são problemas umbilicalmente ligados ao desenvolvimento ecologicamente sustentado. Que existe um relacionamento estreito entre o aumento dos investimentos para a produção de combustíveis alternativos que reduzam a poluição, a presença de produtos de nossa agricultura nos mercados e o aumento da "preocupação" mundial com a proteção ambiental no Brasil.

Nossa sociedade é constantemente bombardeada com informações contrabandeadas do exterior, geralmente inspiradas em nossos concorrentes comerciais, no afã de convencer os brasileiros que somos responsáveis pela destruição da floresta amazônica ou da vegetação do Pantanal mato-grossense. Basta pensar um pouco para localizar os interesses contrariados com a expansão da produção agropecuária brasileira.

Temos hoje um setor de produção de carnes que atingiu o "estado da arte". Além de líderes no setor de aves, somos o primeiro exportador mundial de carne bovina, altamente competitivos em preço e qualidade. É natural que nossos concorrentes no mercado internacional procurem ligar nossa produtividade ao mau uso dos recursos naturais (derrubada da floresta amazônica, utilização de mão de obra infantil etc) E o que pareceria ser o argumento definitivo: "As pastagens degradam para sempre os biomas onde se instalam."

São afirmações que carecem de sustentação empírica, no mínimo necessárias para comprovar algum caráter "científico" ou as "certezas" de alguns ambientalistas. Pois bem: no Pantanal mato-grossense a pecuária extensiva é a atividade econômica mais importante há 300 anos. Uma pesquisa recente concluiu que 4/5 da vegetação nativa do bioma do Pantanal está intacta e que a pecuária extensiva tradicional praticada na região, com registro desde 1737, ajudou a construir o ecossistema com maior índice conservação do país!

Dois outros focos de "preocupação" externa, igualmente ligados ao desenvolvimento ecologicamente sustentado, são o crescimento dos investimentos na produção de combustíveis alternativos, como o etanol, e a expansão da geração da energia hidrelétrica com os projetos amazônicos de Jirau/Santo Antônio no rio Madeira, já em obras e a perspectiva da licitação para a construção de Belo Monte, no rio Xingu.

Não há argumentos convincentes para se contrapor às hidrelétricas, que vão ampliar ainda mais os percentuais da energia limpa que oferece a matriz brasileira, certamente a que menos contribui para a degradação do meio ambiente planetário. Já em relação ao etanol, é preciso precaver-se diante das objeções ao plantio da cana no cerrado e no mesmo Pantanal, a pretexto de que substituiria a cultura de alimentos ou com base em informações de degradação ambiental que nunca foram comprovadas.

Antonio Delfim Netto é professor emérito da FEA-USP, ex-ministro da Fazenda, Agricultura e Planejamento. Escreve às terças-feiras

Cresce a pressão 'verde' sobre as empresas brasileiras – Valor Econômico – Agronegócios – 13/10/2009

Sob o clima ameno da quarta maior cidade da Alemanha, situada à beira do rio Reno, a feira de Anuga, a maior do gênero em todo o mundo, atrai milhares de visitantes a cada dois anos. Mesmo sem ter sido o "país parceiro" da organização do evento, que se espalha por mais de 6 mil estandes de empresas e entidades ligados ao mundo dos alimentos e bebidas, o Brasil atraiu a atenção de um batalhão de jornalistas e especialistas de 15 países no domingo.

A expansão da pecuária na Amazônia, os processos "verdes" de certificação e de produção de alimentos orgânicos concentraram os questionamentos. Na maior parte do tempo em posição defensiva, os dirigentes de sete associações de produtores devolveram as perguntas com apelos pelo fim do protecionismo da Europa. Estavam representados o complexo carnes, vinhos, frutas, suco de laranja e biscoitos.

Ao explicar as dimensões do Brasil, as dificuldades de produção e os esforços dos produtores em preservar a Amazônia, os dirigentes deixaram claro que "o cliente tem razão" e que o setor pensa em atender cada vez mais aos gostos e exigências dos consumidores. Mas deram o recado: "Tudo é orgânico no Brasil. E seremos o grande celeiro do mundo no futuro", disse o presidente da Agência Brasileira de Promoção das Exportações e Investimentos (Apex), Alessandro Teixeira.

Mesmo reconhecido como potência do agronegócio mundial, o país ainda desperta desconfiança acerca de suas intenções em relação ao "pulmão do mundo". Neste evento de inauguração da presença brasileira em sete dos onze gigantescos pavilhões de Anuga, alguns "infiltrados" levantaram as suspeitas de devastação provocada pelo gado no Norte do país. "Vocês cresceram 81% na Amazônia. Como garantem que isso não está desmatando a floresta?", disparou o gerente da Associação Alemã da Carne (VDF), Detlef Stachetzki.

O presidente da associação dos exportadores de carne (Abiec), Roberto Giannetti da Fonseca, tentou rebater: "Temos um compromisso com o desmatamento zero na Amazônia, mas não está somente nas mãos das empresas. Depende do governo também. Mas não vamos comprar gado de lá", afirmou. E emendou: "Irlanda e Reino Unido estão preocupados como a nossa competitividade. Em dois ou três anos, teremos rastreamento pleno do nosso gado e essas críticas não serão levadas a sério".

O presidente da Apex elevou o tom e ampliou o recado inicial: "O Brasil está abrindo mercados para café, sucos, carnes com a China. Ainda faltam acordos de governos, mas haverá uma diferença muito grande entre demanda e oferta de proteína animal no futuro. Não precisamos de hormônios na carne e estamos muito além do padrão europeu. O Brasil será a grande potência mundial do agronegócio", disse Alessandro Teixeira.

Ou seja, a Europa tem que garantir esse fornecedor sob pena de colocar em risco seu abastecimento futuro. No fim, entre canapés e caipirinhas, o clima ficou ameno. E os europeus correram para os estandes brasileiros atrás de produtos "verdes". (MZ)

Governo não se entende sobre Copenhague – O Globo – Capa – 14/10/2009

Reunidos com Lula e Dilma, os ministros do Meio Ambiente e de Ciência e Tecnologia e o presidente do Fórum Brasileiro de Mudanças Climáticas não chegaram a um acordo sobre a proposta a ser levada pelo Brasil à reunião de clima da ONU, em Copenhague.

A redução de 80% do desmatamento da Amazônia, porém, é consenso.

Página 28

Sem consenso climático - Catarina Alencastro e Evandro Éboli – O Globo – Ciência – 14/10/2009

Ministros não chegam a acordo sobre proposta, a dois meses de reunião da ONU

BRASÍLIA

O governo não se entendeu na primeira reunião em que foram apresentadas as propostas que o país poderá levar para a Conferência das Nações Unidas sobre Mudanças Climáticas, em dezembro, em Copenhague, na Dinamarca. Reunidos com o presidente Luiz Inácio Lula da Silva e com a ministra da Casa Civil, Dilma Rousseff, os ministérios do Meio Ambiente e o da Ciência e Tecnologia, além do Fórum Brasileiro de Mudanças Climáticas, representando a sociedade civil, colocaram na mesa suas sugestões, mas não houve consenso.

Enquanto o ministro do Meio Ambiente, Carlos Minc, levou uma proposta bastante ambiciosa, na qual previa a estabilização das emissões de gases-estufa em 2020, com base nas emissões de 2005, o Fórum, juntamente com o Ministério de Ciência e Tecnologia, contestava a viabilidade desta meta. É que para que se chegue nisso, seriam necessários recursos externos da ordem de US\$ 10 bilhões por ano.

Só dois pontos são consenso no governo brasileiro: o comprometimento de redução do desmatamento da Amazônia em 80% até 2020, com relação à média do desmatamento ocorrido entre 1996 e 2005, em torno de 19.000 km², e a cobrança de que os países desenvolvidos cortem suas emissões em 40% até 2020, com base no que era emitido em 1990. Para o Painel Intergovernamental sobre Mudanças Climáticas (IPCC), braço científico da ONU, para que o mundo não enfrente um aumento de temperatura superior a 2 graus Celsius e mudanças catastróficas no clima, os desenvolvidos devem cortar de 25% a 40% de suas emissões.

— O ideal seria que o desmatamento fosse erradicado de todo o país em seis anos — pondera o superintendente de conservação do WWF Brasil, Cláudio Maretti.

— Hoje, o Cerrado é tão devastado como a Amazônia no começo da década.

Não adianta proteger apenas um ecossistema.

Segundo o ministro do Meio Ambiente, Carlos Minc, o presidente elogiou as propostas, mas pediu aos ministros que refizessem os cálculos e apresentassem, em nova reunião, outros cenários possíveis.

Segundo ele, a ministra Dilma sugeriu que percentuais de crescimento maiores sejam considerados nos cálculos. O Meio Ambiente só trabalhava com a expectativa de que o Brasil crescesse 4% ao ano.

— O Lula manifestou seu agrado e elogiou as propostas. Disse que o próximo passo é sintetizar as três posições para o Brasil apresentar em Copenhague — disse Minc, minimizando as diferenças entre as posições dos ministérios e das ONGs.

Para Luiz Pinguelli Rosa, secretário-executivo do Fórum, haverá dificuldade em conciliar as propostas, embora não tenha adiantado qual é a sua. Entre os desacordos, a questão de quem vai pagar a conta para que o país diminua o ritmo de elevação de suas emissões, sem reduzir o crescimento econômico

Investimento é o maior entrave

Para chegar na estabilização em 2020, como defende o Meio Ambiente, serão necessários investimentos robustos para o desmatamento da Amazônia e do Cerrado, para incentivar os biocombustíveis, para que a indústria siderúrgica plante todo o carvão vegetal que utiliza e para resolver a questão do lixo.

A construção de um mecanismo de financiamento para que países ricos banquem projetos de mitigação das mudanças climáticas nos países em desenvolvimento é um dos entraves da negociação da Conferência da ONU. Apesar das divergências, os ministros dizem que o Brasil terá uma posição forte em Copenhague.

— O Brasil terá posição importante, protagonista e coerente com sua pretensão de desenvolvimento sustentável — afirmou o ministro das Relações Exteriores, Celso Amorim.

Hoje, os ministérios do Meio Ambiente, da Ciência e Tecnologia, das Relações Exteriores, da Fazenda e da Casa Civil farão uma reunião para tentarem aproximar suas propostas. O governo espera anunciar a posição do Brasil no dia 20.

Al Gore elogia posição brasileira - Soraya Aggege – O Globo – Ciência – 14/10/2009

Para ambientalista, país pode assumir liderança mundial

SÃO PAULO. O ex-vice-presidente dos EUA e Nobel da Paz em 2007, Al Gore, elogiou ontem as propostas iniciais que o governo brasileiro pretende apresentar na conferência de Copenhague (COP-15), em dezembro, mas frisou que soube das pressões contrárias às medidas e avaliou que o país terá como desafio a aplicação prática de seu projeto. O senador ambientalista lembrou que seu país tem muito mais problemas, mas considerou que o Brasil também deve colaborar com a acordo global para se firmar como liderança.

— Eu gostaria que fosse possível que meu país aprovasse uma redução muito maior, mas a nossa realidade política mostra que será difícil chegar a 4,5% ou 6,5%.

Mas o mais importante é começar o processo de redução. Depois isso vai avançar — disse Al Gore, durante palestra na Fiesp (Federação das Indústrias do Estado de São Paulo).

Para Gore, vender a Floresta Amazônica pelo preço da madeira é a mesma coisa que vender um chip de computador pelo preço do silício. Gore pediu desculpas por falar de problemas brasileiros quando seu país, juntamente com a China, é um dos maiores emissores de CO₂ do mundo. Ele disse que o combate às causas das mudanças climáticas é um desafio moral para as novas gerações.

Diante de uma plateia de empresários e banqueiros, o senador americano elogiou a matriz energética brasileira, em especial a indústria do álcool, que, segundo ele, alcançou o maior índice de rendimento na produção de etanol em todo o mundo.

O presidente da Fiesp, Paulo Skaf, entregou a Gore o documento “Mudanças Climáticas: o Valor das Convergências”, sobre as medidas para reduzir as causas das

mudanças climáticas. O documento defende o uso de fontes limpas de energia, mas argumenta que o país não pode assumir compromissos que prejudiquem sua economia

Governo discute proposta do Brasil na COP-15 - Maiesse Gramacho – Sítio Eletrônico do MMA - 14/10/2009

Em reunião realizada na manhã desta quarta-feira (14), os ministros do Meio Ambiente, Carlos Minc, das Relações Exteriores, Celso Amorim, da Ciência e Tecnologia, Sérgio Rezende e representantes do Ministério da Fazenda e da Casa Civil voltaram a debater a proposta de mitigação de emissões de gases-estufa que o Brasil apresentará na Convenção das Nações Unidas sobre Mudanças Climáticas, em dezembro, em Copenhague (Dinamarca).

"A reunião foi bastante positiva e avançamos bastante", avalia Carlos Minc. No encontro, foram discutidos os ajustes que serão feitos ao documento-base, produzido pelo MMA e apresentado ontem (13) ao presidente Lula. "Atendendo ao pedido da ministra Dilma [*Rousseff*], já encomendamos ao Ipea [*Instituto de Pesquisas Econômicas Aplicadas*] os cenários baseados em crescimentos econômicos de 5% a 6% ao ano, até 2020", conta o ministro - o documento original considera um crescimento de 4%. "Esses estudos devem ficar prontos nos próximos dias", informa.

Para Minc, a análise de cenários econômicos de maior crescimento do PIB [*Produto Interno Bruto*] é pertinente. "Essa solicitação da ministra Dilma é interessante porque há a possibilidade de que a economia cresça mais que 4%", avalia. "Vale destacar que as nossas metas de mitigação não vão implicar numa restrição ao nosso desenvolvimento, ao combate à exclusão social, à desigualdade e à pobreza", frisa.

O ministro explica que, se nada for feito, a tendência é que o Brasil emita, em 2020, cerca de 2,8 bilhões de toneladas de CO₂. Na proposta, serão apresentadas iniciativas que podem reduzir as emissões, entre elas a diminuição em 80% do desmatamento da Amazônia até 2020.

Além disso, Minc cita a necessidade de aprovação pelo Congresso da lei que cria mil novos cargos para o Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade e para o Ibama. Com o preenchimento das vagas, de acordo com o ministro, será possível intensificar o combate ao desmatamento da Amazônia, a fiscalização do crime ambiental e o cuidado das Unidades de Conservação.

Outra medida é a aprovação do Fundo Clima, em tramitação no Congresso. "A importância dessa aprovação é muito grande, porque poderemos chegar a Copenhague como o único país que aprovou um fundo de mudanças climáticas cuja base é o petróleo, justamente um combustível fóssil, o que mais emite CO₂", avalia Minc. Segundo ele, "precisamos fazer um esforço concentrado para aprovar isso até novembro".

O Brasil também vai propor uma meta global de redução das emissões dos gases do efeito estufa aos participantes da COP-15. "Vamos pedir que os países reduzam suas emissões, mas dando o exemplo, fazendo nosso dever de casa", diz o ministro.

De acordo com a secretária de Mudanças Climáticas do MMA, Suzana Kahn, que participou da reunião desta manhã no MRE, com os novos cenários de crescimento propostos pela ministra Dilma, "a proposta inicial não deverá mudar substancialmente, mas os esforços que precisarão ser feitos obviamente terão de ser maiores".

Para que as metas sejam atingidas, a secretária lembra que não bastará reduzir o desmatamento na Amazônia. "Serão necessários arranjos em diversos setores, como indústria, agricultura, pecuária, transporte e energia", exemplifica. "A redução na emissão de CO2 terá de ser uma política do governo como um todo, não apenas do MMA", destaca.

Carlos Minc conta que o colega Sérgio Rezende, da Ciência e Tecnologia, destacou a importância de as metas estarem acompanhadas dos custos do esforço do governo para alcançá-las. "Até para que esses compromissos tenham bases mais sólidas, não apenas orçamentária, mas de investimentos que serão necessários nas áreas de Ciência e Tecnologia", explica o ministro. A sugestão de Rezende foi aceita pelos participantes da reunião e deverá ser levada em consideração na proposta que o Brasil vai apresentar durante a COP-15.

Segundo Suzana Kahn, o presidente Lula pediu empenho igual de todos os setores do governo na campanha do Rio de Janeiro para sediar as Olimpíadas, "para que o Brasil chegue coeso e tenha papel de destaque em Copenhague". A versão final da posição brasileira, de acordo com a secretária, será apresentada a Lula no próximo dia 20. Nesta quinta-feira (15), secretários e técnicos dos ministérios envolvidos na elaboração da proposta se reúnem na Casa Civil, às 9h30.

AMAZÔNIA - Na sexta-feira, 16 de outubro, Carlos Minc se encontra, em Macapá (AP), com os governadores dos nove estados amazônicos. O ministro participa do VI Fórum de Governadores da Amazônia Legal e da reunião do Conselho Deliberativo da Superintendência de Desenvolvimento da Amazônia (Condrel/Sudam). Entre os assuntos que serão debatidos está o Macrozoneamento da Amazônia, que o MMA deve concluir até o fim deste ano. "Os governadores poderão fazer suas observações, mas ao mesmo tempo vamos cobrar deles um empenho maior no combate ao desmatamento da floresta", avisa.

Ruralistas voltam a disputar mudanças no Código Florestal – Sítio eletrônico do MST – 15/10/2009

Ontem (14/10), a Câmara dos Deputados deu os primeiros passos para a instalação da subcomissão especial que pretende discutir mudanças no Código Florestal. Os ruralistas conseguiram garantir presença na liderança da condução dos trabalhos da subcomissão: o deputado Moacir Micheletto (PMDB-PR), da bancada ruralista, foi eleito presidente. O relator será Aldo Rebelo (PCdoB-SP).

Para o deputado Ivan Valente (PSOL-SP) a criação dessa comissão é um erro político. Em entrevista cedida ao jornal O Globo, Valente apontou que "não deveria nem ter sido instalada. Ela tem como objetivo revogar a legislação ambiental brasileira. Coloca a raposa para tomar conta do galinheiro".

Muitos ambientalistas alertam que o debate ficará concentrado nas mãos dos parlamentares ligados à agricultura e à pecuária. A posição desse setor é passar para

os estados a autonomia de definir o quanto deve ser preservado e quanto pode ser liberado para a produção de alimentos.

O que está em jogo

Apoiados pelo ministro da Agricultura, Pecuária e Abastecimento, Reinhold Stephanes, os representantes do agronegócio nacional se articulam em Brasília com vistas a aumentar sua exploração predatória pelo país, ignorando a importância da atuação das florestas para a regulação do clima mundial, a manutenção da biodiversidade e dos povos tradicionais.

Elaborado em setembro de 1965 e inspirado em um Decreto Federal de 1934, Código Florestal trata, em 50 artigos, da proteção legal de florestas e outras formas de vegetação em território brasileiro, bem como os critérios para retirada e exploração econômica da vegetação nativa. Considerada progressista, a legislação passou por várias transformações e tentativas de flexibilização ao longo de mais de quatro décadas.

Sob o argumento de que não existem mais terras para a agropecuária em função da vigência do Código Florestal, os ruralistas defendem mudanças relacionadas, sobretudo, aos artigos que abordam a Reserva Legal - área de vegetação nativa cuja utilização é permitida apenas sob regime de manejo florestal sustentável - e as Áreas de Preservação Permanente (APPs), topos de morros, matas ciliares de rios ou nascentes e encostas com alta declividade.

Segundo a Lei atual, o percentual da propriedade que deve ser destinado à Reserva Legal é de 80% para terras localizadas na região da Amazônia, 35% para áreas do Cerrado localizadas na Amazônia Legal e 20% para propriedades situadas em florestas e campos de outras regiões do país, como forma de preservar e reabilitar a biodiversidade originária. Já as APPs são entendidas como necessárias para a preservação dos recursos hídricos.

Atualmente, 33 propostas de alteração do Código Florestal tramitam na Câmara e no Senado brasileiros. Entre elas, está a de autoria do senador Flexa Ribeiro (PSDB-PA), apelidada pelos ambientalistas de “Floresta Zero”. O projeto defende, por exemplo, que produtores rurais possam recuperar suas Reservas Legais com espécies exóticas (sobretudo palmáceas para a produção de agrocombustíveis), a redução da área de Reserva Legal das propriedades rurais da Amazônia Legal de 80% para 50% e a possibilidade de recomposição da Reserva Legal em qualquer bioma – atualmente, o Código Florestal admite que a recomposição seja feita apenas na micro-bacia hidrográfica onde foi feito o desmate.

Existem alternativas

A crescente ofensiva em torno do desmonte do Código Florestal uniu movimentos sociais do campo e entidades ambientalistas em torno de uma "Aliança Camponesa e Ambientalista em Defesa da Reforma Agrária e do Meio Ambiente". Para a Aliança, o Código é moderno e não precisa de transformações profundas, mas de aperfeiçoamentos necessários ao desenvolvimento da agricultura camponesa.

As entidades entendem que, para promover de forma efetiva o desenvolvimento rural sustentável no país, é necessária a implementação de medidas de fortalecimento do Código Florestal. A Aliança propõe a construção uma resolução que oriente o manejo florestal e agropastoril em Reserva Legal (visto que, diferentemente da APP, a utilização da Reserva Legal pelos pequenos produtores não é regularizada, o que inviabiliza a aprovação de planos de manejo), a construção conjunta com os movimentos sociais do Macrozoneamento Ecológico e Econômico e dos ZEEs estaduais (que teria o papel de aprofundar as especificidades das regiões que não estão presentes no Código Florestal, além de orientar os ZEEs estaduais) e a criação de um Programa Nacional de adaptação das unidades produtivas camponesas à legislação ambiental - que inclui um programa de Assistência Técnica com continuidade e qualificação para o manejo ambiental, o fomento para a recuperação de APPs e Reservas Legais, uma política de comercialização da produção e o pagamento de serviços aos camponeses que preservam as áreas florestadas, para evitar que a agricultura convencional exerça pressão sobre a área preservada. Outra proposta da Aliança é a popularização do Código Florestal, para que se discutam mudanças na matriz produtiva e tecnológica de agricultura. Um estudo divulgado em abril deste ano pelo instituto de pesquisa Datafolha mostrou que 94% da população preferem a suspensão do desmatamento das florestas brasileiras ao aumento da produção agropecuária no país.

Para a senadora Marina Silva (PT-AC), a defesa do Código Florestal deve ser encarada como um processo civilizatório. "Temos de pensar naqueles que ainda não nasceram. O lucro de algumas décadas não pode ser mais importante do que nosso futuro", argumenta.

A preocupação dos ambientalistas com relação à votação do Projeto de Lei de Flexa Ribeiro é que a Comissão de Meio Ambiente tornou-se uma espécie de extensão da Comissão de Agricultura, de maioria composta por ruralistas.

O senador Aloísio Mercadante (PT-SP) considera a tentativa de desmonte do Código Florestal "um grande equívoco", e defende que a população se aproprie do

debate. "Não vai haver rolo compressor nessa matéria, porque a sociedade vai reagir", garante.

Desmatamento é consequência. Pecuária bovina é causa – Sítio Eletrônico do MST – 19/10/2009

Reduzir o consumo de carne significa pensar na sobrevivência da espécie humana no planeta Terra. O alerta é de **João Meirelles**, presidente do Instituto de Ecoturismo do Brasil (IEB) e da ONG Peabiru, instituição que mantém o Parque Ecoturístico da Bodoquena, em Bonito, MS. Na entrevista a seguir, concedida, por telefone, à IHU On-Line, Meirelles diz que as discussões em torno do desmatamento, das mudanças climáticas e do aquecimento global devem atacar as causas, e não as consequências do problema. Isso significa combater a pecuária bovina extensiva, e não apenas o desmatamento. "O desmatamento não é causa de nada, ele é apenas o sintoma", enfatiza.

Segundo ele, cerca de 40% da superfície aproveitada do planeta é ocupada pelo gado. No caso brasileiro, adverte, "a situação é muito mais grave porque dos 800 milhões de hectares do país, aproximadamente 200 milhões já são ocupados pela criação de gado". Enquanto isso, argumenta, "a agricultura não ocupa nem 80 milhões de hectares".

Meirelles menciona ainda que a Convenção do clima em Copenhague irá discutir apenas as consequências, e que os países que possuem florestas tropicais não têm poder de influência política. "Não tenho nenhuma esperança de que as florestas tropicais irão receber um tratamento especial em Copenhague", lamenta. E dispara: "Não vejo nenhum movimento sério global de que isso passe a ser tratado com a atenção que merece. O debate de Copenhague está muito mais centrado na questão das cotas de carbono, e isso não chega na questão da proteção das florestas".

João Meirelles é presidente da ONG Peabiru, uma Organização da Sociedade Civil de Interesse Público (OSCIP) com a missão de gerar valores para a conservação da biosociodiversidade da Amazônia.

Confira a entrevista.

O senhor diz em o Livro de Ouro da Amazônia que a pecuária bovina extensiva destruiu a Mata Atlântica, a Caatinga, consome o Cerrado e agora também está causando problemas na Amazônia. Nesse sentido, como a criação

de gado tem contribuído para agravar as mudanças climáticas e a degradação do meio ambiente?

A pecuária bovina extensiva depois da Segunda Guerra Mundial passou a ocupar uma extensão territorial no planeta muito acima do que é suportável. Hoje, segundo a FAO, cerca de 40% da superfície aproveitada do planeta estaria sendo ocupada pela pecuária bovina. No caso do Brasil, a situação é muito mais grave porque dos 800 milhões de hectares do país, aproximadamente 200 milhões já são ocupados pela criação de gado. Para entendermos a dimensão disso, a agricultura não ocupa nem 80 milhões de hectares. Esse é um fato grave, porque a maior parte territorial do país é destinada para a pecuária de corte.

Outro fator complicado é a mudança da pecuária para o Centro-Oeste e Amazônia. De 1970 para cá, existiam um milhão de cabeças de gado na Amazônia e hoje são 80 milhões e, se nada for feito, teremos 200 milhões de cabeças em menos de duas décadas. Essa é a grande preocupação. Houve um esvaziamento nos antigos estados tradicionais de produção de gado (Rio Grande do Sul e Santa Catarina) para a Amazônia, porque lá a lei não vale, e as questões ambientais, sociais e trabalhistas não são seguidas, o que gera um custo de produção muito menor.

A pecuária é uma péssima decisão da humanidade na medida em que é a proteína mais cara de se produzir e a que ocupa mais espaço territorial. Mais da metade da população do planeta não tem acesso à carne por questões de custo, mesmo quando os custos ambientais e sociais não são consideráveis. Então, temos um problema sério no planeta Terra, e não um caso específico na Amazônia.

Desmatamento

O desmatamento é um sintoma, é como medir a febre. Então, quando o governo se manifesta sobre o índice de desmatamento, ele está dizendo que “o doente está com febre”, mas ele averigua as causas. Hoje é reconhecido por diversos documentos científicos e técnicos que a pecuária bovina extensiva na Amazônia corresponde a mais de 85% do desmatamento. A soja é insignificante, não chega a 5%, e todas as outras causas juntas não somam 10% (garimpo, abertura de estradas, uso irracional da madeira). Então, o desmatamento não é causa de nada, ele é apenas sintoma. Por isso, não faz sentido combater o desmatamento. É ridículo tratar disso. Temos que averiguar porque a pecuária bovina está seguindo para a Amazônia, por que as pessoas querem consumir mais carne. Essa é a grande questão que temos de atacar; não é um tema isolado da Amazônia, é um problema mundial.

O Brasil está decidindo se será o maior exportador de carne. Essa é uma decisão de consequências enormes e não é compatível com o discurso de que precisamos conservar a Amazônia, buscar a sustentabilidade. A produção da pecuária bovina na Amazônia não chega a 100 quilos de carne ao ano por hectare. Qualquer criação de peixes chegaria a uma tonelada, tranquilamente. Isso mostra que não tem sentido ocupar 70 milhões de hectares da Amazônia para a pecuária bovina. Alguns alegam que a criação de gado corresponde apenas a 17% da floresta, mas essa área corresponde à soma dos estados do Rio Grande do Sul, Santa Catarina, Paraná, São Paulo, Rio de Janeiro e Espírito Santo. Então, é uma área absurda em termos de país. Tudo isso para que? Para produzir carne de baixa qualidade, clandestina? Essa é a discussão que deve permear os debates no Brasil, e não discutir se o desmatamento aumentou ou diminuiu; isso é conversa de bar.

Em que medida a substituição da floresta por pastos contribui para o aquecimento global?

O desmatamento ocorre numa sequência de três, quatro anos. As queimadas se sucedem por muitos anos e não exclusivas da Amazônia. Sabemos que, no Brasil todo, durante a seca, acontecem queimadas. Essa é uma prática barata de limpeza do pasto e preparação de área agrícola e urbana. O acúmulo de CO₂ é sério, o Brasil deve queimar por ano de 60 a 80 milhões de hectares. O boi em seu processo ruminante libera bastante metano, mas quando juntamos um rebanho global de 200 milhões de cabeças e a importância do gás metano no aquecimento global, percebemos que, no fim das contas, o Brasil contribui com 5 ou 6% do aquecimento global. A maior parte dessa responsabilidade não vem das indústrias, das termelétricas ou dos carros, e sim do desmatamento, das queimadas e da geração de metano do gado bovino. O fato de existir pastagem aumenta brutalmente a quantidade de térmitas das formigas e dos cupins. A proliferação desses animais aumenta também a digestão da matéria vegetal, o que eleva também a quantidade de metano gerado por formigas e cupins. Então, não estamos fazendo essas contas. Pensamos apenas na porcentagem desmatada, enquanto o importante é considerar os 60 milhões de hectares queimados, os 200 milhões de bois que geram metano e a quantidade de pasto que também gera uma quantidade de metano apreciada.

Os números revelam que a cota brasileira mundial estaria em torno de 70% e viria do desmatamento, das queimadas e estaria relacionada diretamente à criação de gado. Assim, podemos observar o mau uso da terra pela pecuária bovina extensiva na

Amazônia como a principal causa da contribuição brasileira para o aquecimento global. Esta é uma verdade aceita, embora os números não sejam precisos.

O gado e a opção brasileira

Não há dúvidas de que 70 milhões de hectares de desmatamento na Amazônia é uma burrice. Se isso está contribuindo com 1%, 2% ou 5% para o aquecimento global, não é tão relevante para o debate. O importante é saber se o Brasil continuará transformando a Amazônia num pasto. Queremos que o país se torne apenas um exportador de carne barata? Como a humanidade sobreviverá num mundo onde tem mais espaço para boi do que para pessoas? Essas são as questões relevantes que vão nortear questões menores. Para a Amazônia, o importante é saber o que o país quer desse local. Com certeza, o elemento boi na Amazônia é muito recente, e não paramos para discutir os impactos disso. Os beneficiários desse processo são muito poucos: 20 mil famílias se beneficiam da pecuária, o que é muito pouco dentro de um cenário local de 25 milhões de habitantes. Se analisarmos toda a criação de boi, encontramos mais 400 mil famílias. A maioria se tivesse outra opção, viveria de outra atividade.

É possível contornar essa situação sem prejudicar a criação de gado, ou, de fato, o consumo terá que ser reduzido? Alteração de hábitos de consumo pode favorecer as mudanças climáticas? Qual é sua proposta nesse sentido?

Quando a sociedade vegetariana e o movimento vegetariano mundial fala em não comer carne uma vez por semana, como a campanha de não comer carne nas segundas-feiras, estão tratando da nossa sobrevivência enquanto espécie humana no planeta Terra. A FAO alerta que 40% da superfície do planeta está sendo ocupada pela pecuária, e isso avança rapidamente a 2% ao ano.

Alguns ambientalistas propõem a certificação de carne bovina nos supermercados. Em que medida isso pode ajudar a reduzir o desmatamento na Amazônia?

Essa é uma medida interessante, mas não terá impacto nenhum no desmatamento. Primeiro, porque o boi transita ilegalmente no Brasil; segundo, porque mais de 70% do gado da Amazônia é irregular e ilegal. Isso vai resolver o problema de culpa das classes altas e médias, mas não resolve o problema de fato. Esse seria um processo sofisticado, mas não temos tempo, não temos mais 30 anos para esse processo ser implementado. São necessárias medidas mais radicais. Se estão proibindo o cultivo de cana-de-açúcar na Amazônia, por que não proibir também a pecuária em diversas áreas da floresta? Por que aceitar que os frigoríficos sejam

fechados no Rio Grande do Sul e abertos na Amazônia? Isso não faz sentido; está distante do mercado consumidor e inviabiliza uma economia tradicional local.

Qual a importância das florestas para amenizar os impactos das mudanças climáticas? Elas devem ganhar destaque na convenção do clima em Copenhague?

Para que haja o desmatamento zero, são necessários desincentivos muito fortes sobre a pecuária. Temos que atacar as causas; continuamos a conversar sobre consequências. Copenhague está discutindo consequências que interessam a outros países e fazem pouco sentido para o Brasil.

A maioria dos 90 países que têm florestas tropicais é pobre e sem poder de influência política. Não tenho nenhuma esperança de que as florestas tropicais irão receber um tratamento especial em Copenhague. Temos que lembrar que as florestas tropicais ocupam 4% do planeta Terra, já ocuparam 9%. Perdemos desde a Segunda Guerra Mundial metade das florestas tropicais. Não vejo nenhum movimento sério global de que isso passe a ser tratado com a atenção que merece. O debate de Copenhague está muito mais centrado na questão das cotas de carbono, e isso não chega na questão da proteção das florestas. É claro que mecanismos como esse do REDD serão importantes, mas sozinhos eles não fazem diferença. Precisamos de políticas mais contundentes, e o Brasil tem cerca de 30% das florestas tropicais do planeta, e, então, ele tem uma responsabilidade maior sobre isso. No entanto, a política pública brasileira é muito conflitante. Por um lado, se tem um incentivo a grandes estradas, hidrelétricas e uma série de grandes obras com baixo nível de debate e, ao mesmo tempo, um discurso ambientalista sem muito resultado. Então, diria que estamos no pior momento da nossa história ambiental.

Qual é sua proposta de movimento sustentável para combater as mudanças climáticas e amenizar os impactos do aquecimento global?

Teria que haver uma mudança radical no consumo. As pessoas precisam reconsiderar o seu consumo de carne. Não estou dizendo que todos devem virar vegetarianos, mas é necessário diminuir brutalmente o consumo. O consumidor também precisa passar a exigir a origem dos produtos, não só da carne, mas do arroz, enfim. Temos que fazer o movimento do quilômetro zero: os habitantes do Rio Grande do Sul devem comer arroz plantado no estado. Não tem sentido comercializar um produto cultivado em Belém do Pará, e andar 8 mil quilômetros. Esse conjunto de ofertas tem que ser repensado globalmente. A carne é a questão central do Brasil. O espaço da pecuária bovina de 200 milhões de hectares e a baixa produtividade de uma

cabeça por hectare ano, o baixo nível de emprego, a ilegalidade desse modelo devem nortear uma discussão no Brasil. Temos um Congresso de pecuaristas, mas precisamos discutir a retirada do boi da Amazônia, do contrário, qualquer outro movimento em relação ao aquecimento global, perda da biodiversidade, violência no campo, desmatamento, queimadas, será irrelevante.

Será possível mudar essa cultura do consumo de carne, ainda mais no Brasil?

A mudança de cultura das pessoas deve partir de uma consciência em relação ao futuro do planeta e da vida. Os alimentos que tomam a maior parte do nosso tempo e o maior custo na nossa vida precisam ser tratados de uma forma clara. Precisamos ter consciência do que estamos consumindo. Na medida em que temos essa consciência, passamos a observar as coisas de maneira diferente. Na hora em que estamos pilotando o carrinho de supermercado, estamos decidindo o futuro do planeta; não é lá em Copenhague. O que comemos define o futuro do planeta.

Existem várias proteínas animais que são mais saudáveis e energeticamente melhores para a produção: enquanto precisa de oito quilos de cereal para produzir um quilo de carne bovina, com metade disso se produz carne de frango, peixes. A questão é repensar. Dizer que o brasileiro não irá se adaptar a reduzir o consumo de carne é uma mentira, porque a cultura é um processo adquirido. Assim, temos duas opções: ou nos adaptamos a mudar com consciência ou seremos obrigados, pelas mudanças climáticas e as pressões mundiais, a mudar. É preferível que a sociedade mude de forma espontânea, gerando renda, valores e discussões. O planeta não suporta 7 bilhões de pessoas e 40% de sua superfície dedicada à pecuária. Isso é um luxo que atende a uma minoria de menos de 1 bilhão de pessoas. O Brasil ainda tem tempo de jogar o debate para frente, mas, em outros países, essa questão é muito clara.

Nós como consumidores e seres inteligentes temos que olhar para as prateleiras dos supermercados como aquela decisão mais importante da nossa vida. O nosso ato de compra, do que a gente faz muda a história do planeta. É assim que vamos combater o aquecimento global e salvar a Amazônia da irresponsabilidade dos pecuaristas. É no conjunto de atos que reside a nossa força de mudança. Esperar que o pecuarista mude não irá acontecer no prazo em que precisamos. Não podemos nos dar ao luxo de esperar. Precisamos de tratamento de choque, sim. Teríamos que discutir se o brasileiro quer ou não o boi na Amazônia através de um plebiscito.

Código Florestal será bandeira de ruralistas - Cristiane Agostine – Valor Econômico – Política - 19/10/2009

Colatto: "Se não der tempo de aprovar neste ano, vamos pedir para prorrogar. Não podemos deixar que as regras atuais transformem os proprietários em criminosos"

A questão ambiental será a bandeira escolhida pelos ruralistas para 2010 e ganhará destaque com o debate sobre as alterações no Código Florestal. A proposta de reformulação do atual código tramita há mais de dez anos no Congresso e o projeto dificilmente será aprovado neste ano. A possível flexibilização das regras deverá tornar-se tema de campanha eleitoral de parlamentares ruralistas e ambientalistas. As duas frentes parlamentares compõem a base aliada e o governo terá de mediar os conflitos para não prejudicar votações nem alianças políticas.

O debate sobre o Código Florestal foi retomado com a apresentação de projeto do deputado Valdir Colatto (PMDB-SC), presidente da Frente Parlamentar da Agricultura, que torna menos rígidas as regras vigentes desde 1965 e transforma o Código Florestal em Ambiental, ao inserir no texto regras para áreas urbanas. "Se não der tempo de aprovar neste ano, vamos pedir para prorrogar a discussão", afirmou. "Não podemos deixar que as regras atuais transformem os proprietários em criminosos", disse.

Um decreto presidencial fixou em 11 de dezembro o prazo final para que as propriedades rurais se adaptem às atuais regras. Estima-se que das 5,17 milhões de propriedades do país, cerca de 3 milhões estariam sujeitas a sanções por devastação irregular. O novo código poderia flexibilizar esse decreto, que obriga o setor rural a regularizar as áreas de reserva legal e de preservação permanente. Os ruralistas devem pedir a prorrogação do decreto por um ano, alegando que precisam votar antes o código.

A prorrogação do debate até 2010 poderia facilitar as conversas de parlamentares com o setor do agronegócio e aproximá-los de financiadores de campanha. A defesa de regras mais flexíveis poderia ajudar na arrecadação de recursos para a reeleição de deputados. Atualmente a maioria das propriedades não cumpre as regras do código e poderiam ser prejudicadas caso passe a valer.

A retomada do debate sobre as mudanças no atual Código Florestal está relacionada ao fortalecimento da bancada ruralista e sua aproximação com o governo no segundo mandato do presidente Luiz Inácio Lula da Silva. Com a adesão do PMDB à base, aumentou a presença de ruralistas entre os aliados. Na atual legislatura, metade da bancada do agronegócio é de governistas. No primeiro mandato, menos de um terço era da base.

A instalação da Comissão Especial do Código Florestal na semana passada foi um sinal da força dos ruralistas. Negociada pela Frente Parlamentar da Agricultura com o presidente da Câmara, Michel Temer (PMDB-SP), e terá Moacir Micheletto (PMDB-PR) na presidência e Aldo Rebelo (PCdoB-SP) na relatoria. Ambos os deputados sofrem resistências entre ambientalistas.

Os líderes do governo não impediram que os ruralistas dominassem as indicações. O PT indicou Anselmo de Jesus (RO) para a segunda vice-presidência, com aval dos ruralistas.

Outro sinal de força dos ruralistas no segundo mandato do presidente Lula foi registrado no começo deste ano, quando a bancada ocupou não só o comando da

Comissão de Agricultura da Câmara como também a de Meio Ambiente - tradicional reduto de ambientalistas.

Em 2010, a defesa da questão ambiental pelos ruralistas deve aumentar ainda mais os conflitos com os ambientalistas. O governo, no entanto, tem evitado encampar brigas no Congresso com a Frente Parlamentar da Agricultura e, por interesses políticos, deve manter-se neutro: a bancada ruralista é numerosa e disciplinada e o Executivo depende dos aliados para votar o novo marco regulatório do petróleo. Outra preocupação do governo é manter o leque de alianças para 2010, com boa relação entre os partidos. "O governo está sendo omissivo", reclamou o deputado Edson Duarte (PT-BA). "Toda vez que é preciso que o governo se defina, ele assume uma posição dúbia para agradar ruralistas e ambientalistas", disse.

Nos últimos embates, um dos poucos acenos dados pelo governo à frente ambientalista foi a decisão de revisar os índices de produtividade agropecuários usados na desapropriação de terras para a reforma agrária. A proposta foi apresentada pelo Executivo como resposta a um projeto da presidente da Confederação Nacional da Agricultura, senadora Katia Abreu (DEM-TO), pedindo a revisão dos índices.

Entre ambientalistas, esse aceno foi visto como resposta à oposição, não como forma de mediar conflitos entre ruralistas e ambientalistas. "Há uma fragilidade do governo quanto à questão ambiental", reclamou Duarte.

Relator da comissão que analisará o novo Código Florestal, Aldo Rebelo evitou comentar críticas de que privilegiará ruralistas. "Vou fazer um relatório equilibrado, que não prejudique a atividade agrícola do país nem o ambiente", disse. Rebelo apresentará amanhã o cronograma de atividades da comissão.

Comissão interministerial de combate aos crimes ambientais discute desmatamento - Cristina Ávila - Sítio Eletrônico do MMA - 20/10/2009

O ministro do Meio Ambiente, Carlos Minc, anunciou nesta terça-feira (20/10) o balanço das ações da Comissão Interministerial de Combate aos Crimes e Infrações Ambientais (Ciccia), de janeiro a outubro deste ano, e disse que os estados precisam ser engajados na redução do desmatamento e da emissão de CO² na atmosfera. "Ou o Brasil não cumprirá os compromissos assumidos pelo presidente Lula na ONU". Ele fez o anúncio durante reunião com representantes dos órgãos do governo envolvidos com as metas ambientais, para a discussão das próximas estratégias a serem tomadas.

Entre os números apresentados pela Ciccia estão multas no valor de R\$ 1,4 bilhão em autos de infração lavrados pelo Ibama. Entre eles, R\$ 1,3 bilhão na Amazônia Legal. Nos nove estados que fazem parte da região, também foram apreendidos 81,2 mil metros cúbicos de madeira em toras, 71,1 mil metros cúbicos de madeira serrada. Das 675 serrarias fiscalizadas, 191 foram embargadas. A Polícia Rodoviária Federal apresentou ao ministro um histórico de 72 prisões realizadas em 2006, 1.830 em 2008 e 1.143 em 2009, por crimes ambientais.

A Ciccia foi criada em 2008 e agrupa os ministérios do Meio Ambiente, Justiça e da Defesa, com instituições como o Ibama, Instituto Chico Mendes, Sipam, Abin, Polícia Federal, Polícia Rodoviária Federal e Força Nacional, que se reúnem semanalmente.

O ministro citou que a questão do desmatamento da Amazônia continua sendo "carro-chefe" da Cíccia, porém, lembrou que o plano brasileiro que será apresentado na Conferência da ONU, em dezembro, em Copenhague (Dinamarca) é de redução de 80% do desmatamento até 2020.

Carlos Minc citou Rondônia, Mato Grosso e Pará como "estados decisivos" na questão do desmatamento. E, embora em 2009, o índice seja o menor dos últimos 21 anos, o ministro comentou que em Rondônia há devastações onde o poder público não consegue alcançar. E ressaltou que se a devastação diminuiu na Amazônia, "dobrou no Cerrado, onde os índices são assustadores".

Entre as ações que devem ser tomadas para a redução, o ministro citou a criação de um fundo interministerial para financiar pessoal e equipamentos. E ainda disse que os estados devem envolver suas polícias, para inclusive aplicar multas por crimes ambientais que possam ser revertidas em investimentos em seu combate. Carlos Minc comentou os acordos firmados entre governadores da Amazônia, que estiveram reunidos em Macapá, na sexta-feira (16/10), como o Fundo de Participação dos Estados (FPE Verde) para premiar ações relevantes de conservação ambiental.

Durante a reunião, também foi apresentada a proposta de criação de um portal (intranet) do Sipam em que serão apresentadas informações com procedimentos que vão facilitar a identificação de transporte de madeiras com informações falsas sobre origem, por exemplo.

O secretário nacional de Segurança, Ricardo Balestreri, citou que devem ser aplicados R\$ 100 milhões na aquisição de novas aeronaves para a Força Nacional e que também será criado o primeiro centro de formação aeroflorestal, em 35 hectares que pertenciam a Fazenda Itamaraty, em Mato Grosso. A Força Nacional tem 60% de suas ações voltadas para questões ambientais.

Ambientalistas repudiam truculência de Kátia Abreu – Sítio Eletrônico do MST – 20/10/2009

Durante a 1ª Conferência Estadual de Saúde Ambiental realizada em Palmas (TO) na semana passada (15 e 16/10), o Fórum das ONGs Socioambientais do Tocantins - FONGS-TO, apresentou e colocou em votação, em plenária, uma moção de repúdio contra a senadora Kátia Abreu (DEM-TO).

A moção foi aprovada por mais de 100 delegados. No documento, a senadora é repudiada pela sua postura "truculenta, prepotente e desrespeitosa". Segundo a moção, Kátia Abreu "escudada pelo imoral advento da 'imunidade parlamentar', tem buscado intimidar, desmoralizar e coagir as autoridades constituídas do país, como secretários de Estado, governadores, ministros e até mesmo o presidente da república".

Ainda segundo o documento, Kátia, na defesa de seus interesses pessoais, “demonstra claramente nas suas atitudes, o seu objetivo de buscar apenas o crescimento econômico do grupo que representa”.

Na oportunidade também foi aprovada uma moção de apoio ao Ministro do Meio Ambiente, Carlos Minc.

Assinaram o documento instituições como a Ecoterra, Gaia e Naturativa. A Conferência Estadual de Saúde Ambiental serviu de preparação para a realização da 1 Conferência Nacional de Saúde Ambiental que acontecerá em Brasília de 15 e 18 de dezembro.

Confira a íntegra das moções:

MOÇÃO DE REPÚDIO

O Fórum das ONG`s e Movimentos Sócio-Ambientais do Estado do Tocantins e as entidades signatárias do presente documento, repudiam de publico a postura e a forma truculenta, prepotente e desrespeitosa com que a Senadora Kátia Abreu/DEM – TO, escudada pelo imoral advento da “imunidade parlamentar”, tem buscado intimidar, desmoralizar e coagir as autoridades constituídas do país, como secretários de estado, governadores, ministros e até mesmo o presidente da república.

Na defesa dos seus interesses pessoais, em nome da categoria que representa a senadora, presidente da Confederação Nacional da Agricultura – CNA, demonstra claramente nas suas atitudes, o seu objetivo de buscar apenas o crescimento econômico do grupo que representa, a qualquer custo, solapando o compromisso político de se construir um modelo de desenvolvimento socialmente justo, ambientalmente adequado e economicamente sustentável.

Os socioambientalistas tocantinenses não aceitarão passivamente o uso da influência política e da imunidade parlamentar para trazer de volta práticas antidemocráticas somente usadas pelo totalitarismo dos tempos da ditadura.

MOÇÃO DE APOIO

O Fórum das ONG`s e Movimentos Sócio-Ambientais do Estado do Tocantins e as entidades signatárias do presente documento vem até Vossa Excelência para hipotecar-lhe solidariedade frente a campanha de ataques e acusações sistematicamente lhe dirigidas, com a única finalidade de causar-lhe desgastes, pelo fato de, em atendimento as diretrizes postas pelo governo do Presidente LULA, se preocupar com a sustentabilidade ambiental e com a melhoria das condições de vida da população menos favorecida do nosso país.

Pessoas que sempre se beneficiaram à custa das míseras condições de vida das populações mais pobres não se conformam em ver um “operário” fazer o melhor governo deste país, um governo que resgatou a dignidade de milhões de brasileiros e o respeito dos brasileiros frente ao mundo.

Por estas e outras razões é que nos colocamos ao vosso lado e do governo do Presidente LULA para apoiá-los e defende-los diante dos oportunistas e descompromissados com o projeto de um Brasil mais humano e solidário.

Rumo a um fracasso climático – John Broder – O Globo – Ciência – 21/10/2009

Especialistas acreditam que não há mais tempo para um acordo em Copenhague

Com o tempo se esgotando e profundas diferenças ainda insolúveis, são poucas as chances de a reunião em Copenhague, em dezembro, alcançar um acordo global e significativo sobre as mudanças climáticas.

Os Estados Unidos e alguns outros países de grandes emissões já concluíram que é mais útil adotar medidas graduais, mas significativas, do que se apressar para assinar um tratado que será muito fraco para resolver o problema do aquecimento global ou muito oneroso para ser posto em prática. Por isso, os participantes do encontro de Copenhague devem anunciar uma série de medidas interinas e dar prosseguimento à discussão no próximo ano.

— Não há tempo suficiente para fazer tudo — afirmou, na semana passada, Yvo De Boer, o diplomata holandês que chefia as negociações sobre clima nas Nações Unidas. — Mas eu espero que a reunião vá além de uma mera declaração de princípios. O que eu gostaria de ver seriam os trabalhos de base concluídos para a ratificação de um acordo no ano que vem.

Sobram intenções, falta compromisso

Os negociadores já aceitam como inevitável que os representantes das 192 nações não conseguirão resolver as questões pendentes até o início da conferência, em dezembro.

O abismo que separa os países ricos dos pobres, e mesmo aquele que se interpõe entre as nações desenvolvidas, é grande demais.

Ainda assim, permanecem altas as expectativas de que o encontro tenha um peso significativo, não apenas para o meio ambiente, mas para vários outros temas, como mercado global, segurança, desenvolvimento econômico, produção de energia, compartilhamento de tecnologia e a sobrevivência das vulneráveis nações insulares.

Autoridades estão baixando as expectativas e definindo áreas em que há acordo, como a necessidade de deter e, depois, reduzir o crescimento das emissões de gases-estufa — embora ainda seja tema de acaloradas disputas como fazer isso e quem deve fazer. Os negociadores também debatem como garantir que as promessas feitas serão cumpridas.

Entre os maiores obstáculos para um acordo mais amplo está a inabilidade do Congresso americano de aprovar uma legislação climática e energética que estabeleça metas compulsórias para a redução das emissões de gases do efeito estufa no país. Sem esse compromisso daquele que é historicamente o maior emissor do planeta, dificilmente outras nações apresentarão suas metas.

O chefe das negociações climáticas dos EUA, Todd Stern, já afirmou que não irá além do que o Congresso aprovar.

E altos funcionários do governo e líderes do Congresso sustentam que uma legislação final sobre o clima não estará disponível antes da primeira metade do ano que vem.

Representantes europeus têm pressionado muito para a aprovação de algum acordo nos moldes do Protocolo de Kioto — que os EUA nunca ratificaram. Mas os americanos alegam que é melhor não ter acordo algum do que ter um tratado que não será implementado.

A visão predominante hoje, entre os negociadores, é de que a reunião irá determinar a continuação do debate no ano que vem e, talvez, determinar uma data final para um novo acordo entre julho e dezembro de 2010.

Uma declaração final de Copenhague, no entanto, deve incluir o compromisso de limitar o aumento das temperaturas globais em 2 graus Celsius.

O documento deve acordar também que as nações ricas reduzam suas emissões e que as economias emergentes diminuam o ritmo de crescimento de suas emissões. Mas é difícil que tais metas sejam acompanhadas de números finais.

Os países ricos já concordaram com o princípio de ajudar os pobres a se adaptarem às mudanças. Mas é pouco provável que a reunião defina montantes de dinheiro, fundos e programas para que isso aconteça.

Deve ser feita também a promessa de criação de um sistema internacional para monitorar e verificar a redução das emissões. E, ainda, deve haver o compromisso de que as nações planejem seu crescimento econômico com base em baixas emissões de CO₂ e se comprometam a compartilhar com as nações pobres tecnologias para a geração de energias limpas.

Acordo pode viabilizar votação de Código Florestal - Mauro Zanatta – Valor Econômico – Política - 21/10/2009

O governo está próximo de fechar um acordo com os parlamentares da bancada ruralista para oferecer uma solução ao impasse criado por um decreto presidencial que colocará milhões de propriedades rurais em situação ambiental irregular a partir de dezembro.

Os deputados, em sua maioria integrantes da base política do governo no Congresso, discutem a inclusão de emendas no Projeto de Lei Complementar n 12/2003, cujo texto está pronto para ser enviado à votação no plenário da Câmara. O vice-líder do governo, deputado Ricardo Barros (PP-PR), comandou um acordo que tornaria o Conselho Nacional do Meio Ambiente (Conama) um órgão consultivo, e não mais deliberativo. "Temos um acordo, mas ainda dependemos de algumas conversas", indica Barros.

Além disso, haveria a opção de resolver problemas mais urgentes por meio de Projeto de Lei n 6.424/2005, cuja votação ocorrerá em breve na Comissão de Meio

Ambiente da Câmara em caráter terminativo. "Temos uma boa aproximação com o governo e podemos avançar de maneira firme nos próximos dias", comemora o presidente da Comissão Especial do Código Florestal, deputado Moacir Micheletto (PMDB-PR).

Nesse caso, segundo ele, poderiam ser incluídos pontos como a delegação de poderes aos Estados na questão ambiental, a imunidade para áreas de produção já consolidadas, a compensação da reserva legal em outras bacias hidrográficas, o zoneamento econômico-ecológico por biomas, o perdão a multas anteriores e o pagamento por serviços ambientais. Além do confronto com deputados da frente ambientalista, os parlamentares ruralistas tentam evitar o choque interno. Um projeto de lei da Comissão da Agricultura, apadrinhado pelo deputado Onyx Lorenzoni (DEM-RS), poderia gerar "ruídos" durante as discussões e complicar a estratégia unificada dos ruralistas na comissão especial. Alguns membros da Câmara notam a ocorrência de uma luta interna por holofotes na bancada ruralista e veem uma disputa pela "paternidade" das soluções que serão apresentadas aos produtores rurais, eleitores fundamentais da bancada, ao longo do próximo ano.

Um "grupo de notáveis" ruralistas deve ter reunião com o presidente Luiz Inácio Lula da Silva para decidir sobre a solução. Ao mesmo tempo, os ruralistas manterão as discussões na Comissão Especial do Código Florestal. Na primeira reunião ordinária, foram aprovados ontem 36 requerimentos de convocação de especialistas para debater a revisão da legislação ambiental do país. Em um movimento político, serão realizadas várias audiências públicas pelo Brasil para ouvir as sugestões e reclamações de produtores e ambientalistas. O relator da comissão especial, deputado Aldo Rebelo (PCdoB-SP) avaliou ontem como "importante" a primeira reunião. Ele fez apelos ao entendimento entre ruralistas e ambientalistas, reafirmando novamente sua intenção de conduzir os trabalhos, sobretudo em encontros nos Estados, de forma equilibrada.

Ainda desconfiados, os ambientalistas querem mais garantias para evitar atropelamentos políticos. O deputado Ivan Valente (PSOL-SP) afirmou que a "situação tranquila" de ontem deveu-se ao teor dos requerimentos. "Não houve proposta de debate temático. Ainda é incipiente dizer que temos boa proposta", disse. Valente reforçou o descontentamento com a composição da mesa diretora da comissão. "Essa comissão tem muito ruralista e isso já se torna algo perigoso". Na contagem dos votos, o placar está em 13 a 5 para os ruralistas. A atração do PT para a direção da comissão complicou os planos dos ambientalistas de tentar modificar a opinião, e os votos, de alguns parlamentares considerados "independentes" pelo governo em temas ambientais. "Vamos tentar conversar mais com aqueles que ainda não entenderam o que estamos decidindo aqui", disse Ivan Valente.

Países ricos elevam as emissões de CO2 pelo sétimo ano seguido – Valor Econômico – Internacional - 22/10/2009

Os países desenvolvidos voltaram a aumentar as emissões de gases estufa em 2007, segundo um relatório da ONU. A divulgação ocorre num momento em que negociadores de todo o mundo se preparam para o encontro crucial sobre combate às mudanças climáticas, marcado para dezembro, em Copenhague, e pode reforçar a

posição dos países em desenvolvimento, que cobram mais comprometimento dos países ricos.

As emissões de dióxido de carbono e de outros gases estufa aumentaram 1% de 2006 para 2007 entre os 40 países classificados como industrializados pelo tratado de clima da ONU de 1992. Foi o sétimo ano consecutivo de alta. As emissões de 2007 ficaram perto de 4% abaixo dos níveis de 1990, mas houve um aumento de 3% nas emissões entre 2000 e 2007.

Os EUA foram os que mais aumentaram suas emissões de gases estufa, em 1,4%. Japão, Canadá e Austrália também poluíram mais.

Os países da União Europeia, por outro lado, cortaram as suas emissões em 1,6%, na média do bloco. O maior corte foi feito pela Dinamarca, de 6,1%.

Pelo Protocolo de Kyoto, de 1997, 37 países desenvolvidos se comprometeram a reduzir suas emissões até 2012 em 5%, levando-se em conta os níveis de 1990. Os EUA, único grande país industrializado a rejeitar o acordo, argumenta que cortar as emissões prejudicaria a sua economia.

Yvo de Boer, o secretário-executivo da Convenção Quadro da ONU para Mudanças Climáticas, disse que os novos dados expõem "a urgente necessidade de se selar um acordo amplo, justo e eficaz nas negociações marcadas para dezembro em Copenhague".

Dois dos maiores países em desenvolvimento do mundo, Índia e China, acertaram ontem um acordo para coordenar seus esforços no combate às mudanças climáticas. Na base da cooperação está a resistência em aceitar reduções compulsórias de suas emissões de carbono, pois isso iria se refletir numa diminuição injusta do crescimento dos dois.

Emissões do setor agropecuário aumentam em 30% - Sítio Eletrônico do MMA - 27/10/2009

O ministro do Meio Ambiente, Carlos Minc, anunciou nesta terça-feira (27/10) a nova estimativa de emissões de CO² do setor agropecuário. O estudo mostra que o setor passou a emitir 30% a mais de dióxido de carbono e gases equivalentes no período de 1994 a 2007. Segundo os dados, as emissões da pecuária aumentaram 25%, enquanto o uso do solo provocou acréscimo de 39%. O estudo destaca ainda que as emissões também aumentaram na área de energia (54%), nos processos industriais (56%) e no tratamento de resíduos (32%).

O estudo tem por objetivo fornecer estimativas atualizadas das emissões de gases de efeito estufa no Brasil como subsídio para o planejamento de políticas públicas e também devem servir de base para a proposta brasileira que será apresentada na Convenção do Clima, em Copenhagen, na Dinamarca. As estimativas de redução das emissões brasileiras prevêm até 2020 a redução em 80% do desmatamento na Amazônia, o que vai representar 20% a menos na conta das emissões.

O ministro falou sobre três medidas sugeridas pela Embrapa para manejo do solo que podem reduzir em 7% as emissões no setor agropecuário até 2020. Uma delas é a combinação da lavoura com a pecuária, que diminuirá o solo usado e as emissões. A outra, é a recuperação de áreas degradadas. O ministro também defendeu

o aumento do plantio direto, com redução do uso de fertilizante. "Com essas três medidas combinadas, reduziremos em 7% as emissões do Brasil até 2020 somente na agropecuária", disse o ministro.

Com relação ao plantio direto, que significa plantar na palha e revolver menos o solo, evitando a emissão de gases, a meta é passar dos atuais 28 milhões de hectares para 40 milhões de hectares até o ano 2020, com um ganho de 224 milhões a menos de emissão de CO². Quanto à recuperação de áreas degradadas, a proposta é que em um prazo de 10 anos haja uma economia de 81 milhões de toneladas de CO², caso se recupere 10% destas áreas.

Os estudos apresentados utilizaram o mesmo método que vem sendo aplicado na confecção do inventário de emissões elaborado pelo Ministério de Ciência e Tecnologia.

Câmara dos Deputados aprova Política Nacional sobre Mudanças do Clima - Sítio Eletrônico do MMA - 27/10/2009

O Plenário da Câmara dos Deputados aprovou, nesta terça-feira (27/10), projeto de lei do executivo que institui a Política Nacional sobre Mudança do Clima. Os objetivos da proposta são reduzir as emissões desses gases causadas pela atividade humana e implementar medidas de adaptação às mudanças climáticas provocadas pelo aquecimento global. O projeto deve ser votado ainda pelo Senado.

A proposta tramita desde o ano passado, mas ganhou urgência devido à proximidade da nova rodada internacional de negociações sobre as reduções dos gases do efeito estufa, marcada para dezembro, em Copenhague, Dinamarca. O texto foi aprovado na forma do substitutivo da comissão especial, de autoria do deputado Antonio Carlos Mendes Thame (PSDB-SP).

Entre as mudanças feitas pelo deputado está a que inclui como instrumento de execução dessa política o estabelecimento de padrões ambientais e de metas quantificáveis de redução e remoção de gases do efeito estufa. Essas metas deverão ser passíveis de verificação.

Outra novidade é o uso de critérios diferenciados em licitações públicas para favorecer produtos e serviços que signifiquem maior economia de energia, de água e redução na emissão dos gases.

A aprovação da Política foi comemorada pelo ministro Carlos Minc, que disse aguardar, ainda, a aprovação do Fundo Clima, que destinará recursos provenientes da exploração do petróleo para ações de mitigação e combate às mudanças climáticas. "Com isso vamos chegar em Copenhague como o primeiro país que tem um fundo para clima, cuja origem de recursos é um combustível fóssil. É assim que deve ser, o poluidor é que deve pagar a alternativa renovável", defendeu.

Estudo mostra contribuição das empresas com desmatamento – Sítio Eletrônico do MST – 29/10/2009

Um mapeamento da cadeia produtiva da soja, óleo de palma e outras commodities, realizado pela fundação inglesa Global Canopy Foundation, relava a responsabilidade das companhias de grande porte sobre a destruição das florestas do mundo.

O que uma grande companhia aérea européia tem a ver com o desmatamento na Amazônia? Provavelmente muito, já que há grandes chances de o frango que é servido a bordo ter sido alimentado com soja que, muito possivelmente, veio de plantações brasileiras que contribuíram para a destruição de mata nativa.

“Se de um lado os países ricos dizem para parar o aquecimento global dando dinheiro para conter o desmatamento nos países pobres, por outro lado é o próprio mercado destes países que está incentivando a derrubada das florestas”, afirma o coordenador da fundação, Niki Mardas.

A ONG inglesa se propôs a analisar a cadeia produtiva das cinco commodities chaves no processo de desmatamento – soja, carne bovina (e couro), madeira, óleo de palma e agrocombustíveis – para mostrar a gigantes empresas européias como Adidas, British Airways, Kingfisher e Sainsbury o quanto seus negócios contribuem para a destruição das florestas.

Segundo o estudo, estimados 32% da soja brasileira são exportadas para a Europa e tem como destino principal a alimentação de rebanhos de aves ou porcos, por exemplo. Entre 1999 e 2004, a produção de soja na região da Amazônia cresceu 15% ao ano, com a safra de 2004/05 produzindo 50 milhões de toneladas sobre 23 milhões de hectares – uma área do tamanho do Reino Unido.

Outro exemplo vem do óleo de palma, que é considerado um ‘super produto’ pela sua alta versatilidade, já que serve para fazer desde pasta de dente e chocolates até sopas e cereais. O Brasil tem atualmente cerca de 70 mil hectares de plantações de palma, que geram cerca de 220 mil toneladas de óleo bruto por ano.

Praticamente 10% do que está nas prateleiras dos mercados europeus contém óleo de palma. Mais de 80% das 42 milhões de toneladas produzidas em 2007 mundialmente vieram da Indonésia, que cultivava 7,8 milhões de hectares de palma, e Malásia, com 4,5 milhões de hectares. Entre 1990 e 2005, mais da metade da expansão nestes países ocorreu na conversão de matas nativas e turfas. “A demanda

global por commodities pode ser considerado o principal fator que sozinho mais contribui para o desmatamento”, afirma Niki Mardas.

(Com informações da Agência Envolverde e do Blog do Agronegócio)

O lado verde da China – Carlos Albuquerque – O Globo – Ciência – 30/10/2009

País deve cumprir a promessa de ter 15% de energia limpa até 2020

Maior poluidora do planeta, a China começa a responder as acusações de que tem trabalhado pouco para reduzir as suas emissões de gases causadores do efeito estufa.

Um relatório divulgado ontem pelo World Resources Institute (WRI), um centro internacional de pesquisas, afirma que o país tem feito mais para combater as mudanças climáticas do que os Estados Unidos, historicamente o maior poluidor do mundo.

Segundo o estudo, a China está no caminho certo de cumprir a promessa de ter 15% de sua energia limpa — ou seja, obtida a partir de fontes renováveis — até 2020.

Até o final da próxima década, o gigante asiático vai gerar 150 gigawatts a partir de fontes eólicas, cinco vezes mais do que os EUA.

Essa tinha sido uma das promessas feitas pelo negociadores do país, durante uma reunião sobre o clima, realizada na sede da ONU, em Nova York, em setembro. As outras promessas chinesas foram reduzir “notavelmente” as emissões de CO₂ do país, plantar mais árvores e trabalhar para ter uma economia mais verde.

Minc vai à reunião de emergência

O relatório afirma também que as usinas de carvão chinesas — principal fonte de energia do país — são mais eficientes (ou seja, poluem menos) do que as americanas.

— A China está fazendo notáveis progressos no sentido de reduzir as suas emissões — afirma Deborah Seligsohn, autora do estudo. — O desafio tanto da China quanto dos EUA é entender suas necessidades e descobrir soluções criativas para enfrentar o aquecimento.

A indecisão americana tem sido apontada como um dos grandes nós das negociações que vão acontecer na reunião de cúpula da ONU, em dezembro, em Copenhague, quando o mundo vai tentar acertar um novo acordo climático para suceder o Protocolo de Kioto, que expira em 2012. Para evitar que o encontro seja um fracasso, como previu recentemente Yvo De Boer, o diplomata holandês que chefia as negociações sobre clima nas Nações Unidas, ministros do meio ambiente de vários países fizeram uma reunião de emergência em Barcelona. O ministro do Meio Ambiente, Carlos Minc, disse que a reunião foi convocada pelo governo da Dinamarca.

— Essa é, de fato, uma reunião de emergência, de última hora, na qual vamos tentar resolver algumas das questões cruciais para as negociações de dezembro.

Segundo Minc, entre esses temas, estão a forma como vão ser distribuídos os fundos globais para o combate às mudanças climáticas.

— Os países mais pobres temem, com razão, que apenas os emergentes mais fortes, como Brasil, Índia e China, recebam os recursos dos países ricos. Mas são estes os que mais contribuem para o aquecimento global.

É complicado.

O ministro disse também ter ficado impressionado com uma reivindicação feita no encontro por essas nações.

— Os países insulares querem que o mundo negocie um limite de elevação das temperaturas, até o fim do século, de 1,5 grau Celsius, em vez de 2 graus, como tem sido feito até agora. Para eles, esse valor já é considerado catastrófico.

Só que o limite de 2 graus tem grandes chances de ser ultrapassado até o fim do século, como dizem os cientistas

Sociobiodiversidade: parcerias X desenvolvimento sustentável – Sítio Eletrônico do MDA - 30/10/2009

O diretor do Departamento de Geração de Renda e Agregação de Valor da Secretaria de Agricultura Familiar do Ministério do Desenvolvimento Agrário (SAF/MDA), Arnaldo de Campos, participou de painel temático na tarde desta quinta-feira (29), na sala Caatinga Cerrado, durante a Exposustentat 2009.

A feira acontece até esta sexta-feira (30), no Transamérica ExpoCenter, em São Paulo, paralelamente à Biofach Latina - evento de negócios voltado para os segmentos orgânico e de desenvolvimento sustentável.

Campos foi o debatedor do governo brasileiro no painel *Plataformas e Parcerias entre Empresas, Agricultura Familiar e Setor Público para o uso Sustentável da Sociobiodiversidade*. O objetivo do encontro é apresentar a empresários e gestores públicos exemplos concretos de parcerias para o desenvolvimento sustentável entre empresas e agricultores familiares.

O diretor destacou o papel do Estado para o desenvolvimento do comércio sustentável e a relevância do acesso a políticas públicas. Campos avaliou a importância de uma tarifação diferenciada para a comercialização dos produtos sustentáveis, principalmente para o exterior. Ele também ressaltou o desafio de organização da base produtiva e da criação de redes formais para o acesso ao mercado.

Já sobre as empresas privadas, Campos apontou a importância da disponibilização de tecnologias adequadas à realidade das comunidades com as quais as empresas tenham parceria, valorizando a cultura local.

Parcerias

positivas

Durante o painel, foram apresentadas três experiências relacionadas a produtos da sociobiodiversidade. A primeira tratou do Programa Regional de Biocomércio do Peru e Bebidas Interandinas. Já a segunda exposição abordou a parceria entre a

Associação Brasileira das Indústrias de Sorvetes (ABIS), a indústria de alimentos Atrium e a Rede Caatinga Cerrado. Por meio dessa parceria, são fornecidas polpas de diversas frutas para a fabricação de sorvetes e sucos. A Caatinga Cerrado envolve, atualmente, mais de 20 mil famílias agricultoras, distribuídas em 14 estados.

O último caso apresentado foi da parceria entre a Fundação Orsa e comunidades tradicionais do Pará. A Fundação visa a capacitação para o fortalecimento organizacional e produtivo, garantindo mercado justo de produtos e subprodutos da Castanha-do-Brasil, proporcionando a geração de renda.

Coordenador
Sergio Leite

Pesquisadores
Georges Flexor, Jorge Romano, Leonilde Medeiros, Nelson Delgado, Philippe Bonnal, Renato S. Maluf, Lauro Mattei, Ademir A. Cazella e Claudia Job Schmitt

Assistentes de Pesquisa
Karina Kato, Silvia Zimmermann, Catia Grisa e Valdemar João Wesz Junior

Secretária
Diva de Faria

oppa **Observatório de Políticas Públicas para a Agricultura**

cpda Programa de Pós-Graduação de Ciências Sociais em Desenvolvimento, Agricultura e Sociedade
UFRRJ - Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro

Endereço: Av. Presidente Vargas, 417 / 8º andar
Centro Rio de Janeiro - RJ CEP 20071-003

Telefone: 21 2224 8577 – r. 214
Fax: 21 2224 8577 – r. 217
Correio eletrônico: oppa@ufrj.br
Site eletrônico: www.ufrj.br/cpda/oppa

Apoio



actionaid



ICAO

NEAD

Ministério do Desenvolvimento Agrário



